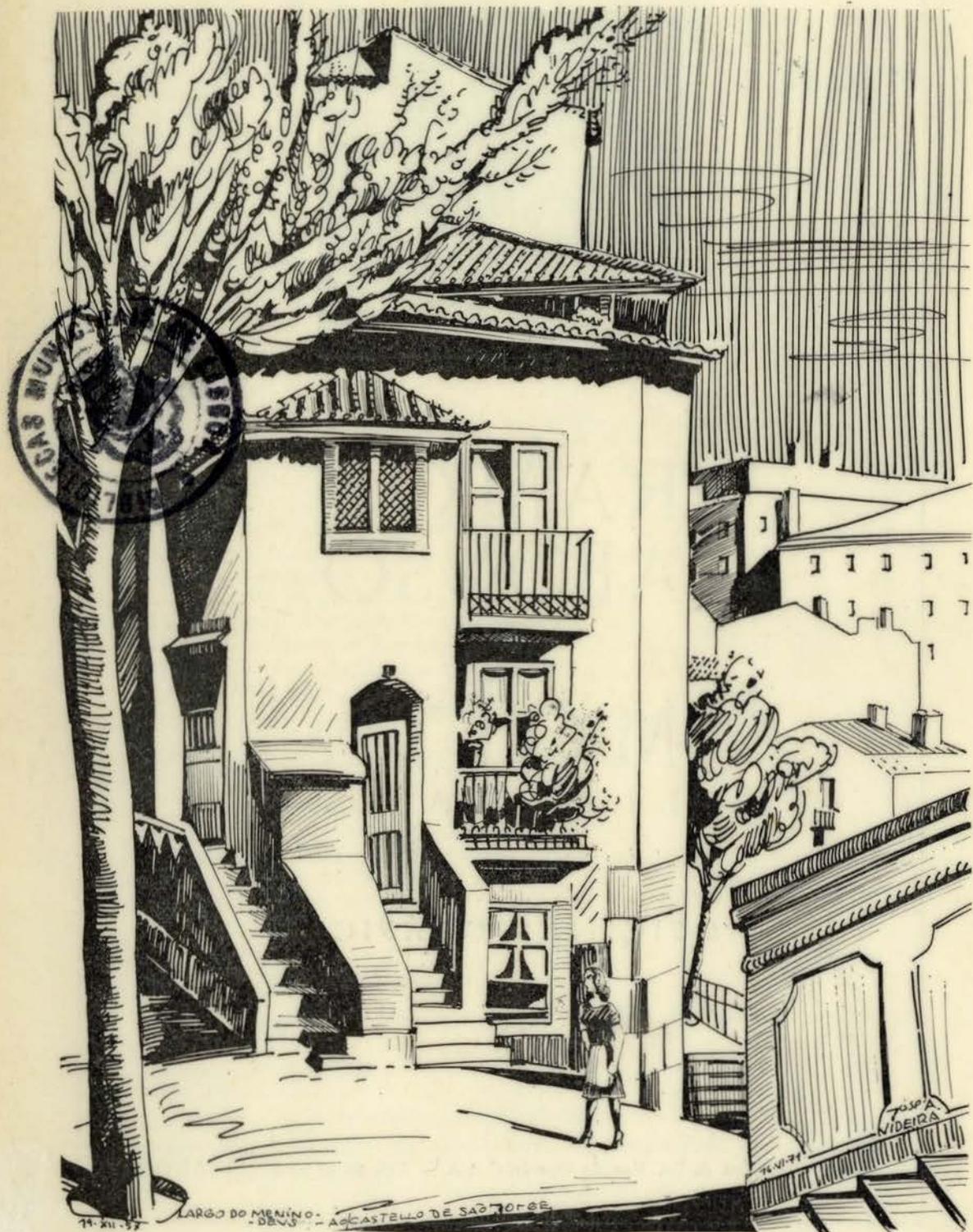


OLISIPO

Boletim do
Grupo Amigos de Lisboa



N.º 132 — ANO XXXIV — JANEIRO / JUNHO DE 1971



RAMOS
AFONSO
&
MOITA
LIMITADA

OFICINAS GRÁFICAS



Rua de "A Voz do Operário" 5-A Tel. 86 30 74/5 LISBOA-2

Oferta

27 JUL 1988

OLISIPO

ANO XXXIV

JANEIRO/JUNHO DE 1971

NÚMERO 132

Direcção, Edição e Propriedade

do

GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

Redacção e Administração: Largo Trindade Coelho, 9, 1.º - Tel. 32 57 11

emp. e imp. de Ramos, Afonso & Moita, Lda. - S. Vicente de Fora - R. Voz do Operário, 5-A



SUMÁRIO

	Pág.
REPRESENTAÇÃO À EX. ^{MA} CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA ACERCA DA INDISPENSABILIDADE DE CONCLUIR-SE A IMPRESSÃO DA OBRA DO GRANDE OLISIPÓGRAFO JÚLIO DE CASTILHO, INTITULADA «MEMÓRIAS DE CASTILHO» (SEU PAI)	3
EBORENSES EM LISBOA pelo <i>Dr. Manuel Carvalho Moniz</i>	6
DR. ALBINO FRANCISCO DE FIGUEIREDO E ALMEIDA, NOTÁVEL FIGURA DA LISBOA DO SÉCULO XIX por <i>Abílio Mendes do Amaral</i>	26
UMA PROCLAMAÇÃO AOS LISBONENSES EM 1808 pelo <i>Dr. Manuel H. Lourinho</i>	37
O NOME «LISBON» NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA por <i>João Vidago</i>	42
A LENDA DE D. FUAS ROUPINHO E DO SANTUÁRIO DO SÍTIO DA NAZARÉ pelo <i>Dr. A. Silva Ascenso</i>	46
AS «OBRAS COMPLETAS» DE SANTO ANTÓNIO DE LISBOA	52
DO MEU VARANDIM: MENSAGEM por <i>Nariade Galvão</i>	56
O CÉLEBRE SERMÃO DE SANTO ANTÓNIO AOS PEIXES, DO P. ^º ANTÓNIO VIEIRA, publicado em versão francesa	60
RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA E PARECER DA COMISSÃO DE CONTAS, REFERENTES AO ANO DE 1970	63
ACTIVIDADE CULTURAL: Janeiro a Junho de 1971	71
OFERTAS AO GRUPO	77
FEIRA DA LADRA	78

CAPA: Largo do Menino-Deus (ao Castelo de São Jorge) — Desenho de *J. A. Videira*

VINHETAS de *J. A. Videira*

Distribuição gratuita a todos os sócios

Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores

CORPOS GERENTES DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

Triénio 1970/72

JUNTA DIRECTIVA

- Presidente* — Doutor Eduardo Augusto da Silva Neves
Vice-Presidente — Dr. Álvaro do Amaral Barata
Secretário-Geral — Dr. José Cassiano Neves
Secretário-Geral Adjunto — Dr. Manuel Hermenegildo Lourinho
Tesoureiro — Inocêncio Castelhana
Vogais — Cor.-Art. Aníbal Afra Nozes
Dr. Paulo Caratão Soromenho
Padre Francisco dos Santos Costa
Arq.^a Dr.^a D. Anna-Maria Pereira da Gama

ASSEMBLEIA GERAL

- Presidente* — Brigadeiro D. João António Saldanha
de Oliveira e Sousa (Marquês de Rio Maior)
Vice-Presidente — Professor Armando de Lucena
1.º Secretário — Joaquim Pascoal Rodrigues
2.º Secretário — Marcial Pereira Mendes

COMISSÃO DE CONTAS

- Presidente* — Cor.-Art. Francisco P. de Lacerda Machado
Secretário — Hygino Nunes da Silva
Relator — Dr. Francisco Gonçalves Couto Santos

*Representação à Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa
acerca da indispensabilidade de concluir-se a impressão da
obra do grande olisipógrafo Júlio de Castilho, intitulada
« Memórias de Castilho » (seu pai)*

Senhor Presidente da Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa

Excelência:

Em sessão solene, realizada em 15 de Maio de 1965, prestou o grupo «Amigos de Lisboa» homenagem aos grandes olisipógrafos Visconde Júlio de Castilho, Coronel Augusto Vieira da Silva e Académico Gustavo de Matos Sequeira, dos quais a figura e obra foram enaltecidos por três directores.

Na referência a Júlio de Castilho foi incluída a sugestão de que se impunha a conclusão da sua vasta obra *Memórias de Castilho* (seu pai), na forma definitiva, o que muito valorzaria a bibliografia do autor da *Lisboa Antiga*.

Permanece ainda na mesma posição este importante problema, pelo que temos a honra de o expor à esclarecida atenção de V. Exa.

Vejamos o seu significado e importância.



Dizia Júlio de Castilho que a velha Lisboa era e havia de ser sempre o seu mundo de predilecção, mas que considerava as *Memórias de Castilho* a sua maior obra, que lhe saíra do coração de filho amantíssimo. No seu *In Memoriam* depara-se-nos circunstanciado e comovente reflexo

da angústia que sentia, ao pressentir as dificuldades que se levantariam para a publicação dessa obra, depois de revista, mas em volume e não como inicialmente sucedera nas páginas do boletim *O Instituto*, órgão da douta agremiação «Instituto de Coimbra».

Por força do seu testamento, entrou o Instituto na posse do original definitivo das *Memórias*, e decorridos poucos anos o notável Prof. Doutor Joaquim de Carvalho, da Faculdade de Letras de Coimbra, propôs que a mesma instituição tomasse a seu cargo a impressão na íntegra dessa vasta obra. Dois anos depois, apareceu o primeiro volume, tendo-se concluído o sétimo em 1934. Tão louvável empreendimento editorial não prosseguiu, devido à extinção da Imprensa da Universidade.

No citado vol. 7.º atinge a narração o ano de 1854, precisamente cinquenta e quatro anos da vida de António Feliciano de Castilho, nascido em 1800. Por isso, falta o período de 1855 a 1875. Os sete volumes publicados totalizam cerca de 2500 páginas.

Só em face do original poderá ser baseado rigoroso cálculo da extensão da parte a compor, podendo, no entanto, prever-se que pouco excederá 1000 páginas, isto é, talvez dois ou o máximo três volumes.

Com a terminação desse trabalho tipográfico, a bibliografia de Júlio de Castilho ficaria muito valorizada, e até a olisipografia contaria mais uma vasta e importantíssima espécie, o que não necessita ser encarecido, dado que estas *Memórias* são fundamentalmente rico manancial para a história da vida social portuguesa e designadamente da de Lisboa.

E como se tem pronunciado a crítica sobre essa valiosa obra?

Em primeiro lugar, citamos a opinião de outro mestre olisipógrafo: Matos Sequeira, que, na Associação dos Arqueólogos Portugueses, no próprio dia do funeral de Júlio de Castilho (10 de Fevereiro de 1919) pronunciou as belas palavras seguintes: «Júlio de Castilho, herdeiro de um nome que, mesmo para quem não enveredasse pelas letras, era de per si uma tremenda responsabilidade, não só honrou essa linhagem privilegiada: fez mais do que isso, acrescentou-lhe novos brilhos. Bastariam as *Memórias de Castilho* para o seu labor literário não desmerecer da assombrosa obra do ilustre progenitor».

Recentemente, perante o conhecimento da homenagem que a Júlio de Castilho foi prestada pelos «Amigos de Lisboa», lembrando a indispensabilidade de ser terminada a edição definitiva de uma das suas duas obras olisiponenses capitais — as *Memórias* em referência —, registaram-se muitos e valiosos aplausos, quer da Imprensa diária (*Diário de Notícias*,

A Voz, Novidades, A Capital, O Primeiro de Janeiro e outros jornais), quer da regional, de que deve ser citado o vibrante apelo do *Correio de Nisa*, pela pena elegante e autorizada do seu director, Dr. Abel Monteiro.

Por último, assumiram particular relevo as considerações que, na «Academia Portuguesa da História», foram dedicadas a esta sugestão pelo académico de número Dr. Rodrigues Cavalheiro, na sessão plenária de 24 de Janeiro de 1969, que concluíram com bons votos de que as *Memórias de Castilho* em breve se achem de todo publicadas, «como o seu autor ardentemente desejava e a cultura portuguesa imperiosamente exige».



A Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa contribuiria, conforme cremos, para nova consagração do mérito de dois insignes autores lisiponenses: António Feliciano e Júlio de Castilho, se patrocinasse, de modo definitivo, tal empreendimento, que — é de presumir — o «Instituto de Coimbra» se vê decerto inibido de enfrentar dada a presente dificuldade material do lançamento de quaisquer edições, mas que rejubilaria perante a solução do assunto, após devido estudo, pela Ex.^{ma} Câmara, que desse modo ampliaria a sua nova homenagem ao autor da *Lisboa Antiga*, constante de duas obras no prelo: a *Bibliografia de Júlio de Castilho* e o *Índice das Obras de Júlio de Castilho*.

Tomando a liberdade de submeter ao sempre esclarecido critério de V. Ex.^a este problema, considera o Grupo «Amigos de Lisboa» agir como a sua finalidade lhe impõe, demais certo de que, qualquer que venha a ser a solução adoptada, o apoio que lhe for dado da parte de V. Ex.^a será sempre muito proveitoso.

Pedimos vénia para oferecer a V. Ex.^a um dos volumes das *Memórias de Castilho*, da referida edição revista pelo autor mas inacabada.

Aproveitamos a oportunidade para saudar V. Ex.^a respeitosamente.

23 de Novembro de 1970.

A BEM DE LISBOA

O PRESIDENTE DA JUNTA DIRECTIVA

Doutor Eduardo Augusto da Silva Neves

EBORENSES EM LISBOA

pele DR. MANUEL CARVALHO MONIZ

Ex.^{mo} Senhor Presidente da Junta Directiva do Grupo
«Amigos de Lisboa»

Minhas Senhoras e meus Senhores

Lisboa «terra da encruzilhada da História» onde existe a cidade medieval de Álvaro Pais e de Fernão Lopes; a urbe renascentista e aventureira de Vasco da Gama; a clerical de D. João V; a perfilada do Marquês de Pombal; a cidade liberal e romântica de Almeida Garrett e Alexandre Herculano, como escreveu desta «bonita Lisboa», o Miguel Torga.

Mas esta cidade encanta todos os que a visitam não apenas pelos seus belos monumentos tais como a graciosa Torre de Belém e a jóia do Mosteiro dos Jerónimos, mas também pelo Convento do Carmo e a igreja de S. Roque.

São os característicos bairros como o de Alfama, com o dédalo de becos, vielas e escadinhas; o da Mouraria com suas ruas estreitas, com sua típica toponímia; é o do Castelo no desalinho das suas vielas e suas águas-furtadas de quem alguém muito graciosamente já escreveu «se não houvesse as águas furtadas o mundo estaria todo ainda por fazer»; é ainda o Bairro Alto com seus típicos retiros onde se canta o fado.

Esta Lisboa «famosa entre as cidades, forte esteio e coluna que sustém todo Portugal», como escreveu o crónista Fernão Lopes, é também o centro intelectual da Nação, pelo valor dos seus naturais ou pela brilhante inteligência e cultura dos que vindos da Província aqui fizeram refulgir o seu génio.

Temos conhecimento que esta prestigiosa colectividade tem dedicado especial interesse ao estudo e à divulgação do património artístico e cultural desta cidade de Lisboa.

Os factos mais notáveis, os monumentos e os historiadores, os poetas, artistas e prosadores, todos têm sido estudados pelos ilustres sócios do Grupo dos Amigos de Lisboa.

Pela sede desta prestigiosa Colectividade têm passado as personalidades mais ilustres da vida pública e cultural da Nação e todos têm contribuído para a valorização desta mui nobre cidade de Lisboa.

Estão assim estudados duma forma exaustiva os seus belos monumentos, é conhecida em pormenor a vida e a obra das grandes figuras lisboetas.

É bem difícil para um alentejano habituado à extensão vasta da paisagem, das searas douradas ondulando ao vento e dos verde-escuro dos montados de azinho e sobro, vir aqui falar da beleza dos bairros típicos ou dos panoramas extraordinariamente belos, dos miradouros de Santa Luzia, de Santa Catarina ou do Castelo de S. Jorge.

Por isso ocorreu-me que talvez tivesse interesse fazer um simples enunciado, desprezencioso e modesto, sobre aqueles que naturais da cidade de Évora, a capital do meu querido Alentejo, fizeram vida em Lisboa e talvez tenham contribuído de algum modo para que mereçam ser recordados nesta casa dos Amigos de Lisboa.

Assim escolhi para tema desta minha palestra alguns Eborenses em Lisboa, visto que não é possível no breve espaço de tempo disponível falar de todos porque, de facto, muitos eborenses estão ligados pela vida aqui decorrida a esta bela cidade.

Antes, porém, de entrar pròpriamente na exposição do assunto que me proponho tratar, devo proferir ainda duas palavras de agradecimento.

A primeira é devida a V. Ex.^a Senhor Presidente e demais Directores deste Grupo de Amigos de Lisboa, pela gentileza do convite para proferir esta palestra numa instituição cultural das mais prestigiosas do País. pela acção verdadeiramente devotada e patriótica como tem dignificado o património artístico e cultural desta «mui nobre cidade de Lisboa».

A segunda palavra é para agradecer a V. Ex.^a as referências tão amáveis que teve a bondade de pronunciar. Só um espírito generoso podia enumerar as qualidades que enunciou a meu respeito, quando na verdade sou apenas um homem desejoso de ser útil dando a conhecer os autênticos valores do meu querido Alentejo infelizmente tão esquecido e outras vezes mal apreciado porque desconhecido.

Sobre Évora só é costume ouvir falar do Templo Romano e da Cathedral, das igrejas de S. Francisco ou de Nossa Senhora da Graça repetindo-se constantemente o que já no século passado se escreveu. Entendi que toda a minha actividade devia circunscrever-se a dar a conhecer as figuras dos eborenses que «por obras e feitos valorosos» são bem dignos de não os deixar no esquecimento contribuindo para se libertarem da «lei da morte» como disse o nosso Épico.



A primeira e mais remota referência que conheço e relacionando a cidade de Évora com Lisboa respeita à época da conquista, quando o nosso primeiro rei auxiliado pelos Cruzados colonenses, flamengos e francos, procurava conquistar aos mouros esta cidade.

Porém a acérrima defesa dos sitiados destruía as máquinas de guerra levadas para junto das muralhas, as minas subterrâneas que os colonenses por cinco vezes tentam abrir para fazer ruir os muros, são repelidas do que resulta haver já entre os atacantes consternação, murmúrios e queixas uns contra os outros.

Pensavam estes que a empresa da conquista de Lisboa era irrealizável.

Mas eis que se dá um episódio que veio servir de consolação e estímulo aos atacantes.

Ao entardecer de certo dia reparam que uma canoa a coberto da muralha atravessa o rio dirigindo-se a Palmela.

Logo os portugueses acorrem a persegui-la e conseguem apreender o barco e tudo o que nela levavam.

No fundo da canoa encontraram cartas escritas em árabe e dirigidas a várias pessoas.

Uma delas era endereçada a Abu Mahomede rei dos Eborenses, e dizia assim:

«A Abu Mahomede, rei dos Eborenses, os desgraçados lisbonenses desejam saúde e a conservação do reino. De quam grandes, quam miseráveis e súbitas desgraças nos sobrevieram, podem servir de perpétuo testemunho as vastas terras da nossa cidade, desoladas, ai! ai! não sem muito sangue dos nossos homens nobres. É já passada a segunda lunação depois que a armada dos francos aportada às nossas terras, com o auxílio do céu, da terra e do mar, nos obrigou a encerrar-nos no âmbito estreito das nossas muralhas. No cúmulo de tantas misérias não sabemos em que confiar, senão esperar apenas socorros da oferta de ouro, e não duvidamos de que, com a vossa cooperação, por vós será libertada dos bárbaros esta cidade e a pátria. Eles não são muitos, nem muito guerreiros; provam-no as suas torres queimadas à força do nosso braço e das nossas armas. Mas se assim não acontecer, acautele-se a vossa providência porque vos esperam as mesmas cousas e os mesmos males».

Perante esta súplica os Portugueses concluíram que os mouros se encontravam em grandes dificuldades e, por isso, cobraram ânimo, refizeram-se valorosamente e dias depois foi encontrado debaixo dos nossos navios o cadáver dum homem afogado em cujo braço estava ligada uma carta do seguinte teor:

«O rei dos eborenses deseja aos lisbonenses a liberdade dos corpos. Há já tempo que tenho tréguas com o rei dos portugueses, e não posso quebrar o meu juramento para o incomodar a ele e aos seus com a guerra. Remi a vossa vida com o vosso dinheiro, para que não sirva para vossa desgraça o que deverá servir-vos para vossa salvação. Adeus! Fazei algum bem a este nosso mensageiro».

Portanto os Eborenses recusando auxílio aos mouros lisbonenses, facilitaram a D. Afonso Henriques a conquista da cidade.



Falando dos eborenses em Lisboa começamos por indicar, em primeiro lugar D. JOÃO GALVÃO pertencente a uma família ilustre, pois seu pai foi Escrivão da Fazenda e Secretário de D. Afonso V. Era irmão de Duarte Galvão, cronista-mor do Reino.

Por ter sido aplicado às letras e de profundo talento, sucedeu a seu pai nos altos cargos de Secretário e Escrivão da Puridade do mesmo monarca.

Movido pelos mais profundos sentimentos religiosos deixou a Corte régia de Lisboa, ingressando no claustro de Santa Cruz de Coimbra onde, em 1448, recebeu o hábito canónico de Santo Agostinho, vindo a ser prior do Convento da Luza Atenas em 1459.

Mas D. Afonso V deixando que se afastasse de Lisboa, não permitiu que se desviasse dos negócios públicos e assim, em 1451, escolheu-o para acompanhar a Nápoles sua irmã D. Leonor ao casamento com o imperador Frederico III, da Alemanha.

Empunhando a espada deixou o seu nome ligado às gloriosas conquistas de Arzila e Tânger, e tomou parte em quase todas as empresas militares do seu tempo e em resultado de tais serviços foi elevado às honras da nobreza, concedendo-lhe D. Afonso V «atendendo à fidelidade do seu ânimo e valentia do seu braco» o título de Conde de Arganil pois já era, desde 1461, bispo de Coimbra.

Em 1480 foi designado para Arcebispo de Braga, mas não chegou a exercer a dignidade.

Nos últimos anos de vida descaiu nas boas graças do Papa Xisto IV e do rei, vendo-se obrigado a renunciar ao Arcebispado de Braga e vendo-se despojado do bispado de Coimbra, veio a falecer pouco tempo depois, em Agosto de 1485, em extrema pobreza.

Este ilustre eborense com uma vida cheia de merecimentos, foi sepultado no Convento de Xabregas.

Queremos agora recordar a grande figura de ANTÓNIO GALVÃO, conhecido na História por «Apóstolo das Molucas» onde foi governador e realizou feitos extraordinários como guerreiro destemido e evangelizador convertendo milhares de indígenas ao Cristianismo.

Parece que iniciou a sua gloriosa carreira de militar quando em 23 de Janeiro de 1522 embarcou para a Índia na nau «Nazaré», comandado por seu primo D. Pedro de Castro.

Em Outubro de 1536 aparece à vista de Ternate e contra a tática habitualmente seguida pelos guerreiros e conquistadores portugueses, não age pelo terror, procurando obter os mesmos resultados com tratados de paz e colaboração com os régulos das Molucas.

Todavia estes tomando as propostas feitas por António Galvão como índices de fraqueza, recusam as ofertas. António Galvão ataca a cidade reduzindo a cinzas as fortalezas de Ternate e Teder. Depois actua de tal maneira junto dos indígenas que estes o quiseram eleger como soberano, mas Galvão recusa e aplica toda essa influência para que os nativos aceitassem Cachil Aeyro, como seu legítimo rei, enquanto ele fica como governador.

Realiza então uma obra formidável de pacificação e vassalagem a Portugal, edificando igrejas à sua custa, funda um seminário para nele serem educados os filhos dos infiéis e faz larga Cristandade. Por isso lhe chamam o Apóstolo das Molucas.

Regressa à Pátria mais pobre do que tinha partido em Janeiro de 1522, talvez confiasse em receber da liberalidade régia a condigna recompensa dos altos serviços prestados à Pátria.

António Galvão só encontrou indiferença e ingratidão. Vendo-se pobre e desamparado dos homens refugiou-se no Hospital de Todos-os-Santos onde durante dezassete longos anos viveu em miséria, empregando todas as suas faculdades no tratamento dos doentes com extraordinária dedicação e fervorosa caridade cristã.

Este homem excepcional que além do guerreiro esforçado, construtor do império, foi também escritor deixou duas obras: *O Tratado dos diversos caminhos da pimenta e especiarias vindas da Índia* e a *História das Molucas*, sendo considerado como um dos nossos mais notáveis escritores naturalistas ultramarinos.

Pois bem, esta figura extraordinária é natural de Évora e a capital do meu Alentejo pode orgulhar-se de contar entre os seus mais dilectos filhos aquele que lá no Oriente distante, nas longínquas ilhas Molucas, ergueu um monumento formidável pela sua acção civilizadora, campanha humanitária e cristã, renunciando a trazer riquezas pois tudo deu aos pobres e ao regressar à Pátria foi acolhido com indiferença e sofreu apenas desgostos, ingratidão e miséria, mas tudo sofreu com resignação e ao falecer no hospital desta cidade de Lisboa, santamente, no dia 15 de Março de 1557, recebeu por esmola da «Confraria da Corte» a mortalha em que foi envolvido.



Falemos agora do ilustre jurisconsulto quinhentista Doutor DAMIÃO DE AGUIAR, que nasceu em Évora a 14 de Abril de 1535, tendo recebido o grau de Doutor na Universidade de Coimbra quando ainda não contava vinte anos.

Em Agosto de 1577 era Desembargador dos Agravos na Casa da Suplicação.

Vereador do Senado da Câmara Municipal de Lisboa e teve de dar posse a D. Fernando Alvares de Toledo, Duque de Alba, como procurador de Filipe II de Espanha.

Também como representante da cidade de Lisboa fez a oração do Auto do Levantamento solene em Tomar, a 16 de Abril de 1581, onde foi o referido Filipe II, proclamado rei de Portugal.

O Doutor Damião de Aguiar faleceu em Lisboa no dia 27 de Julho de 1618, com 83 anos e jaz sepultado na Capela-mor do Convento de Santo António dos Capuchos, de quem era um dos padroeiros.



Recordemos GASPAR GIL SEVERIM, insigne aritmético e elegante poeta. Esteve em Tânger e quando D. Sebastião partiu para a empresa de Alcácer Kibir, em 1578, ficou Gaspar Severim em Lisboa no posto de capitão até o Cardeal Infante D. Henrique ser rei. Mais tarde Filipe II deu-lhe o lugar de Executor-mor.

Muito devoto, dedicou-se à prática da caridade cristã assistindo aos doentes no Hospital de Todos-os-Santos, que, como sabeis, foi mandado construir por D. João II, e que era na sua época um dos bem concebidos na Europa.

Este santo varão eborense faleceu no dia 16 de Dezembro de 1598 e jaz sepultado na sala do Capítulo do Convento de S. Francisco aqui em Lisboa.



O Doutor ÁLVARO GOMES um dos mais insignes teólogos pela Universidade de Paris, onde leccionou alguns anos, esteve também em Salamanca e Coimbra no ano de 1545.

Porém D. João III o trouxe para esta Lisboa a fim de instruir em teologia seu irmão o Infante D. Afonso, Arcebispo de Lisboa e Cardeal.

Como prova da muita estima régia o escolheu para seu confessor e também para Prior da igreja de S. Nicolau onde, até ao falecimento foi um pastor zeloso e solícito para todos os lisboetas que muito o estimavam.



PEDRO ÁLVARES LANDIM, laureado aluno da Universidade de Paris, colegial de Sorbona, regressado ao Reino foi logo escolhido para «Esmoler-mor» de D. Sebastião enquanto este era menor e que governava o Cardeal D. Henrique.

Conquistou grandes aplausos não só no púlpito, pois era um consagrado orador, mas também um poeta que «tinha grande estimação pelos versos latinos em que era feliz a sua Musa», como escreve um dos seus biógrafos.

E já que nos temos referido ao «Esmoler-mor» de D. Sebastião, falemos também do seu médico, o Doutor LOPO SERRÃO, insigne professor de Medicina, que nas horas vagas da Clínica e da Universidade, se applicava à metrificação dos versos elegíacos, «imitando com tão vivas cores a Musa de Ovídio, que se equivocava a cópia com o original».

Tão ilustre figura seiscentista veio a falecer em Évora em idade muito provecta.



ALVARO VAZ ou VALASCO ilustre jurisconsulto de grande talento, formado na Universidade de Coimbra, veio para Lisboa, em 1560, onde eleito Advogado da Casa da Suplicação, depois D. Sebastião o nomeou Desembargador dos Agravos, em 1577, e mais tarde Lente da Prima na Universidade de Lisboa, em Dezembro deste mesmo ano.

Faleceu aqui na capital, com 67 anos de idade, a 17 de Abril de 1593.

No Claustro do Convento de S. Domingos de Lisboa, no lanço da parte que tem porta para a igreja e sacristia, está uma capelinha, com grades de ferro, fechada, em cima da qual e pela parte de fora se lê em uma pedra branca uma inscrição em letra romana, que diz assim: «Esta capela de Nossa Senhora da Humildade, é do Doutor Alvaro Vaz, lente da Prima de Leis da Universidade, Desembargador dos Agravos da Casa da Suplicação a qual depois da sua morte a mandou fazer sua mulher D. Brites...».



Ocorreu no ano passado o V centenário do nascimento duma grande figura nacional, um dos mais ilustres eborenses que conviveu com príncipes e reis — GARCIA DE REZENDE.

O ilustre poeta e cronista não tendo frequentado escolas, como seu irmão André de Rezende «foi ornado de juízo maduro e applicação estudiosa», passa por ser um dos mais brilhantes espíritos

do seu tempo, homem da corte, poeta e artista de grandes recursos dele escreveu a Doutora Carolina de Micaelis «Não se tornou insigne em nenhuma especialidade, mas a crítica moderna fez justiça aos serviços importantes que prestou à Pátria e ao seu espírito enciclopédico de músico, historiador, poeta e desenhador».

Exerceu no Paço Real, desde 1491, o cargo de «moço de escrevaninha» de D. João II e parece que o monarca gostava de ver Garcia de Rezende desenhar e, por isso, desejando modificar a Torre Velha de S. Vicente de Belém, o encarregou de a transformar mas indicou-lhe que produzisse «uma obra tão elegante de formas, como rica de arte»¹.

Falecido D. João II, o eborense Rezende continuou no reinado de D. Manuel a desempenhar o cargo de seu moço de escrevaninha.

Em 1516 publicou o *Cancioneiro Geral* onde recolheu versos de poetas portugueses e espanhóis, vivos e desaparecidos. Para bem avaliarmos do mérito desta obra recordemos que nessa época a maior parte dos versos eram improvisados nos serões do Paço e teriam de certeza sido esquecidos se Rezende os não tivesse recolhido.

Publicou também, em 1545, a *Miscelânea e Variedade de Histórias, Costumes e Cousas que em seu tempo aconteceram* e, em 1554, a *Vida e Feitos de D. João II*, crónica simples dos acontecimentos da época.

Na sua obra intelectual deve salientar-se a curiosa circunstância de ser um homem que a si próprio se define que «não tinha letras nem saber», mas porque era um espírito maduro, aplicado ao estudo, de viva inteligência e grande habilidade na arte de saber viver em sociedade, foi uma das pessoas mais notáveis da sua época.

Todos estes atributos pessoais contribuíram para que dominasse em toda a sua obra uma elegante simplicidade e uma abundância de episódios e pormenores interessantíssimos.

Assim em todos os seus escritos aparecem os usos e costumes, a indumentária, as características sociais e políticas, isto é, o espírito da época de quinhentos, as suas figuras, com todas as virtudes e defeitos.

Brilhante homem da Corte, fez irradiar na Lisboa do Príncipe Perfeito e do Venturoso o esplendor do seu génio.

Garcia de Rezende é bem o homem que sabe viver entre os Homens para sobre eles fazer incidir o brilho da sua inteligência.



Falemos agora do Cardeal D. MIGUEL DA SILVA de quem um dos seus biógrafos escreveu «a viveza do engenho e a facilidade de compreensão que manifestou na adolescência foram os estímulos

(¹) Esclarecemos que esta atribuição não é pacífica, havendo indicação de outras autorias.

que moveram el-rei D. Manuel I para o mandar à Universidade de Paris onde saiu eminente assim na língua latina e grega, como nas ciências maiores em que recebeu a borla doutoral».

A sua inteligência e cultura brilharam depois nas cidades de Sena, Bolonha e Roma, granjeando grandes amizades.

Aproveitando essas qualidades e relações o Monarca Venturoso o nomeou embaixador em Roma junto do Papa Leão X e assistente ao Concílio Lateranense.

Quando regressou a Lisboa já reinava D. João III que o nomeou seguidamente Comendatário e Prior perpétuo do Convento dos Cônegos Regrantes de Landim, Abade de Santo Tirso, Bispo de Viseu e finalmente Escrivão da Puridade, que era então o cargo de maior confiança da Casa Real.

Nesta altura o Papa Paulo III criou-o Cardeal, mas como esta alta dignidade lhe fosse conferida sem o beneplácito de D. João III, o monarca julgou injurioso à soberania da sua pessoa esta decisão pontifícia a quem por isso apresentou o seu protesto.

Receando a indignação régia D. Miguel da Silva saiu ocultamente do País e foi para Roma onde recebeu, a 11 de Dezembro de 1541, o chapéu cardinalício.

Assim ficámos privados desta grande figura de eborense que de forma tão bilhante servira já dois monarcas e cuja inteligência, cultura e relações de amizade na Curia Romana muito útil seriam para a Pátria.

Em Roma fez construir um magnífico Palácio junto à sua Basílica de Santa Maria, dedicou toda a vida ao estudo das ciências e aos exercícios da caridade.

Para bem se avaliar da elevada personalidade do Escrivão de D. João III, recordemos o que a seu respeito escreveram dois dos seus biógrafos:

D. Manuel Caetano de Sousa, no Catálogo dos Pontífices e Cardeais Portugueses, escreveu:

«Foi de excelsa índole e sublime engenho».

O Padre Francisco da Fonseca, na *Évora Gloriosa*, diz: «Foi um dos mais sábios e eruditos homens do seu século e por tal celebrado de Historiadores e Poetas que nele floresceram».



Recordemos agora essa grande figura do Metropolita de Lisboa, D. MIGUEL DE CASTRO, o quinto filho de D. Diogo de Castro o célebre capitão de Évora.

Logo na infância revelou qualidades extraordinárias de inteligência e aplicação nos estudos. Por isso na Universidade de Coimbra recebe a borla doutoral na Faculdade de Teologia e logo é escolhido para Prior da igreja de S. Cristóvão em Lisboa. O Aljube, na Rua do Limoeiro, actual prisão de mulheres, era o palácio onde viveu este eborense.

Numa carreira ascensional é Inquisidor da Inquisição Lisboeta, em Junho de 1566; Deputado ao Conselho Geral em 1577; Bispo de Viseu em 1579 e Metropolita de Lisboa de 1585 a 1625.

Um dos seus biógrafos escreve: «Em estas Dignidades desempenhou as obrigações de vigilante Pastor socorrendo copiosamente os altares, evitando prudentemente os escândalos e introduzindo suavemente as virtudes».

Quando esta cidade de Lisboa foi atacada pela peste, em 1583, D. Miguel de Castro «se houve nela como Prelado Santo».

Também por sua interferência a sobrinha, D. Joana de Castro e Meneses casada com D. Luís de Portugal, primeiro Conde de Vimioso, quiseram entregar-se a Deus na Ordem de S. Domingos e para tal adquiriram um palácio junto ao postigo de S. Vicente de Fora e a 9 de Julho de 1607, começaram a construir o Convento do Sacramento em Lisboa.

As primeiras freiras que povoaram este convento eram seis e destas, quatro vieram do Mosteiro de Santa Catarina de Évora.

O rei Filipe III obrigou-o a aceitar o cargo de vice-rei de Portugal, em 1615, que exerceu com «rectidão de ânimo, madureza de juízo, refreando as insolências e punindo os delitos» o que lhe permitiu que a sua morte o encontrasse «cumulado de obras virtuosas» no dia 1 de Julho de 1625.

Lisboa inteira chorou a sua morte, os Pobres «dos quais era amoroso Pai», e por espaço de oito dias se celebraram as mais solenes e concorridas exéquias que alguma vez Lisboa prestou a um dos seus ilustres prelados.

D. Miguel de Castro jaz sepultado à entrada da porta da sua Sé de Lisboa.



Queremos agora falar do eborense mais popular de Lisboa, aquele que viveu no século XVI ainda hoje os lisboetas pronunciam o seu nome: ANTÓNIO RIBEIRO CHIADO.

Nasceu nos arredores de Évora, talvez na zona tão característica das quintas, sua mãe era regateira e seu pai sapateiro.

Talvez por influência materna ou por interesses familiares, deu entrada no Convento de S. Francisco da cidade natal, onde tomou o nome de Frei António do Espírito Santo.

Porém o moço era folião, indisciplinado, um desmarcado «azeviero» por tudo isto conta um dos seus biógrafos, o ilustre ulissiponense Gustavo de Matos Sequeira: «Nem a ordem lhe convinha a ele, nem ele convinha ao seráfico Padre Francisco... por isso ralou os frades, escandalizou guardiões e provinciais e ensandecera visitantes».

Porque esta situação era intolerável e o cláustro não domasse indisciplinada congénita, «certo dia num assomo de revolta, arroja para cima do catre o chioite de burel e o esparto da cinta, descalça as sandálias, esconde a tonsura e foge» do Convento franciscano. Breve é apanhado e preso no aljube do bispo que ficava na antiga rua da Selaria, implora a liberdade em verso ao Padre Guardião de S. Francisco e consegue escapar assim à Regra.

Foge para Espanha onde cria fama de dizedor e poeta, aparecendo depois em Lisboa onde adquire grande popularidade, não só pelo facto da facilidade com que improvisava versos e de ser um poeta jovial, mas também por ser actor e ventríloquo.

O seu biógrafo já citado descreve a sua vida nessa época da Lisboa quinhentista:

«Bebe como francês nos trinta ramos da rua de São Gião, patoneia e improvisa na Biscainha e no João Cavaleiro, folga com as rascoas da Ribeira ou com as bonejas da Estalagem das Moças, troça de beleguins e quadrilheiros, vigariza os patrões com falperras de estrondo, inventa tunantarias aos picães do Rossio, pompeia ventríloquias, prosápia de arruaceiro, torna-se conhecido, é apontado a dedo e decoram-lhe as trovas».

Mas António Ribeiro Chiado é um poeta e por o ser o nosso épico Luís de Camões elogia-o no *Auto do Rei Seleuco*; Jorge Ferreira de Vasconcelos na sua *Aulegrafia* louva o seu engenho poético e todas as histórias da literatura portuguesa incluem o seu nome e a sua obra.

Escreveu dois autos:

O de Gonçalo Chambão — Lisboa, 1613.

O da Natural Invenção — que se julga ter sido representado na presença de D. João III.

Prática dos Compadres, outro auto onde aparece uma singular veia cômica.

No *Auto das Regateiras* surge bem o seu feitio chocarreiro, ou como ele próprio de si dizia «de natural praguento».

Nas *Profecias do que havia de acontecer em Portugal no ano de 1759* e *Parvoíces que acontecem muitas vezes* demonstram bem as extraordinárias faculdades com que improvisa uma poesia jovial e popular.

Escreveu ainda *Avisos para Guardar* e *Duas cartas a Amigos*.

Em todas as suas obras existem quadros flagrantes da vida lisboeta do século XVI e modelares trechos de linguagem violenta e de inacreditável realismo.

Foi ele que pôs a Luís de Camões, o alcunha de «Trinca Fortes».

Mas falar da vida e da obra de António Ribeiro Chiado, em Lisboa, sem referir outro eborense seu contemporâneo e também figura popular da época nesta cidade, é impossível, porque estão indissolúvelmente ligados. Quero referir-me a AFONSO ÁLVARES que foi um dos mais estimados criados do ilustre bispo de Évora, D. Afonso de Portugal.

Um dos seus biógrafos escreve a seu respeito: «Foi dotado de génio fácil para a poesia, principalmente na composição de autos na língua portuguesa que várias vezes se representaram no teatro».

Citemos alguns deles:

— *Auto de Santo António* — feito a pedido dos mui honrados e virtuosos Cónegos de S. Vicente.

— *Auto de S. Tiago o Apóstolo*.

— *Auto de S. Vicente Mártir*.

— *Auto de Santa Bárbara, Virgem e Mártir*.

As questões que António Ribeiro Chiado teve com Afonso Álvares ficaram célebres e delas resultaram sátiras notáveis.

O citado Matos Sequeira referindo-se às relações entre ambos diz: «medem as forças primeiro, insultam-se a seguir, mordem-se como cães e doestam-se despejadamente».

Já referimos que o António Ribeiro Chiado quando era o Frei António do Espírito Santo, do Convento de S. Francisco de Évora,

fugiu do Mosteiro, foi preso e estava no Aljube quando dirigiu, em verso, um pedido ao Guardião Franciscano implorando a liberdade.

Pois o seu patricio Afonso Álvares escreveu em verso jocoso uma «Resposta feita a uma petição que fez António Ribeiro Chiado ao Comissário Geral de S. Francisco» onde o tratava por «Reverendo Frei Chiado».

Por sua vez Chiado escreveu contra ele, entre outras:

«Quintilhas a Afonso Álvares, mulato que ensinava em Lisboa a ler e escrever».

«Outras ao mesmo Afonso Álvares, casando com a filha dum albardeiro chamado Pedro Rombo».

Esta um pouco de história do eborense que ex-frade franciscano, veio para Lisboa no século de quinhentos, aqui na antiga Felicitas Júlia dos Romanos, tanto deu que falar de si, tornou-se ídolo popular, ficou pela sua poesia fácil, jovial e jocosa, na estima dos lisboetas.

Por isso em 1925 a cidade consagrou este ilustre eborense inaugurando no largo que já tinha o seu nome, uma estátua de bronze da autoria do consagrado escultor Costa Mota.

António Ribeiro Chiado é um exemplo frisante da união do homem à cidade, pois se Lisboa é, no dizer do grande historiador Alexandre Herculano «cidade de mármore, rainha do Oceano». Lisboa é também a cidade do poeta Chiado.



Recordemos agora o Cónego Doutoral PANTALEÃO RODRIGUES PACHECO, formado em Direito Pontifício na Universidade de Coimbra, sendo depois Doutorado e Cónego da Sé da Lusa Atenas, Deputado e Inquisidor da Corte e bispo eleito de Elvas.

Em Junho de 1637 passou a Cónego Doutoral de Lisboa, Deputado do Conselho Geral em 1641 e depois Desembargador do Paço Real.

Esteve em Roma juntamente com o bispo de Lamego, D. Miguel de Portugal, embaixador especial de D. João IV, a apresentar ao Papa Urbano III o Manifesto do direito que o assegurava no Trono de Portugal.

Foi bispo de Elvas e um dos juizes no processo de anulação do casamento de D. Afonso IV com D. Maria Francisca de Sabóia.

Faleceu em Lisboa a 30 de Dezembro de 1667 e jaz sepultado na sacristia da Sé Catedral.

O Conde de Eiriceira na sua obra *Portugal Restaurado*, numa das vezes que se refere a tão ilustre figura, escreve que «achavão-se nele com grande igualdade as letras e as virtudes».



Recordemos FREI ANTÓNIO DA ENCARNAÇÃO, o ilustre religioso domínico que partiu para as Índias Orientais, estudou no Colégio de S. Tomaz, em Goa, esteve na Arménia onde chegou a ser provincial e em Roma assistiu ao Capítulo Geral da Ordem.

Regressado à Pátria foi deputado da Inquisição de Évora e Lisboa em 11 de Junho de 1661.

Prior do Convento de Benfica e Vigário do Mosteiro das Religiosas do Sacramento em Lisboa.

Consertou e completou o 2.º tomo da Crónica de S. Domingos em Portugal, composta por Frei Luís de Sousa.

Morreu no Convento da sua ordem em Benfica no dia 15 de Outubro de 1665.



Falemos agora de FREI GASPAR DA CRUZ, da Ordem dos Pregadores, religioso do Convento de Azeitão, que inflamado no desejo de anunciar o Evangelho no Oriente, navegou com mais doze companheiros em 1548 até Goa, depois Malaca, Camboja e ao distante império da China, em 1556.

Chamado à Pátria esteve no Convento Dominicano eborense e D. Sebastião o escolheu para bispo da Malaca mas não quis aceitar esta honraria. Esteve também no Convento de Azeitão mas como, em 1569, grassasse em Lisboa uma grande epidemia falecendo inúmeras pessoas, diz um seu biógrafo «como o seu peito se animava da caridade mais fervorosa sem temor ao contágio assistiu aos feridos aplicando-lhes ao mesmo tempo remédios espirituais e corporais», acabando por ser contagiado e veio a falecer, vítima da sua caridade, a 5 de Fevereiro de 1570.

Jorge Cardoso, no Agiológico Lusitano, escreve do eborense Frei Gaspar da Cruz que foi «Varão verdadeiramente apostólico e incansável obreiro da vinha do Senhor».



Em 1632 nascia em Évora uma criança «que pelo seu agudo engenho, profunda literatura e grande autoridade, foi ilustre esplendor» na sua época. Referimo-nos a FREI ANTÓNIO DOS ARCANJOS, religioso franciscano.

Mestre de Filosofia e Teologia dos seus religiosos foi jubilado na Cadeira de Prima. Em 1663 era Provincial da Observância franciscana, esteve em Roma e regressando à Pátria foi Qualificador do Santo Ofício e Examinador das Ordens Militares.

O Padre Francisco da Fonseca, na sua *Évora Gloriosa* chama-lhe «Pregador Insigne» da Capela Real de D. Pedro II.

Recordemos os sermões proferidos aquando das exéquias por morte de D. João IV; o Sermão do Santíssimo Sacramento no Convento de Santa Clara, de Lisboa; o Sermão da Imaculada Conceição de Nossa Senhora, proferido na Capela Real, a 8 de Dezembro de 1664, assistindo o rei e toda a corte; o Sermão de Quarta-feira de Trevas na Capela Real e, finalmente, o que proferiu na Dedicção de Nossa Senhora do Loreto, reedificada pela Nação Italiana.

Este ilustre orador sagrado faleceu aqui em Lisboa, no Convento de Xabregas, no dia 25 de Fevereiro de 1682.



Recordemos o ilustre jesuíta D. PEDRO DE ALMEIDA, nascido em Évora a 22 de Novembro de 1668. Entrou para o Noviciado da Companhia com 15 anos apenas, formando-se em Filosofia e Teologia.

Foi professor de Humanidades e Retórica no Colégio da Companhia aqui em Lisboa durante cinco anos, depois foi exercer o magistério no Colégio de Coimbra e Setúbal e seguidamente Reitor do Colégio dos Ingleses em Lisboa.

Tinha uma memória prodigiosa recitando com enorme facilidade os Poetas e Historiadores Latinos.

Quando foi criada a Academia Real da História Portuguesa, foi um dos cinquenta académicos escolhidos inicialmente. Foi encarregado de fazer as Memórias Eclesiásticas do Bispado do Porto, em língua latina.

Era o confessor do Cardeal Patriarca de Lisboa e o Tribunal da Mesa da Consciência o escolheu para Examinador das Três Ordens Militares.

Faleceu aqui em Lisboa no dia 8 de Dezembro de 1731, deixando publicadas várias obras, mas todas escritas em latim.



O Carmelita FREI NUNO VIEGAS professou no Convento da Vila de Moura a 13 de Março de 1623, doutorando-se em Ciências Escolásticas, dedicou-se ao ensino, sendo Qualificador do Santo Ofício, Prior do Convento Carmelita de Lisboa e eleito Provincial a 7 de Maio de 1661.

Faleceu no Convento do Carmo aqui em Lisboa, no dia 22 de Abril de 1666.

Orador sagrado de grandes recursos oratórios, ficaram impressos vários dos seus sermões.



Falemos agora do Doutor AYRES FALCÃO PEREIRA, o Guardamora da Torre do Tombo que sucedeu neste cargo ao Reverendo Doutor António Carvalho de Parada, quando este faleceu a 12 de Dezembro de 1655.

Doutorou-se em Direito Civil pela Universidade de Coimbra e por ser muito versado na História Sagrada foi nomeado para Guardamora da Torre do Tombo.



A 28 de Fevereiro de 1710 falecia nesta cidade de Lisboa e no seu Convento o eborense FREI JOSÉ DE SANTO ANTÓNIO que havia professado como Ermitão de S. Paulo no Convento da Serra d'Ossa, a 20 de Junho de 1668.

Depois de haver frequentado a Universidade eborense onde recebeu o grau de Doutor em Teologia, porque tinha grande talento para o público era o orador evangélico que percorria as cidades mais populosas do Reino, levando a todos com extraordinária Fé, o Evangelho de Cristo.

Sua fama o levou até à Corte de Lisboa e depois à Capela Real de D. Pedro.

Foi Reitor do Convento Paulista de Setúbal e do Colégio de S. Paulo de Évora, Secretário e Visitador da sua Ordem e finalmente Examinador das Três Ordens Militares.

Principiou a escrever a crónica da sua Ordem e estão publicados vários dos seus sermões, como o que proferiu na cerimónia da Procissão dos Passos, em Lisboa, no ano de 1687.



Falemos agora do ilustre médico JOSÉ RODRIGUES DE ABREU, nascido em Évora no dia 31 de Agosto de 1682. Depois de ter obtido, na Universidade Henriquina da sua terra o grau de Mestre, em Agosto de 1699, passou à de Coimbra para se formar em Medicina. Embarcou em 1705, para as capitánias de S. Paulo e Minas Gerais e diz um dos seus biógrafos que «discorreu por todas estas

terras com observação de sábio, colhendo várias notícias das virtudes medicinais das ervas e plantas que produzem aquelas vastíssimas terras».

Regressado a Lisboa foi nomeado Físico-mor das Armadas, em 1716, e D. João V lhe concedeu o hábito da Ordem Militar de Cristo e depois o nomeou Médico da Câmara de Sua Majestade.

Entre outras obras escreveu: «Luz de Cirurgiões embarcadissos»; «Três volumes de Historiologia Médica»; Histórias das Minas Brasileiras e História das Perturbações nos Países Baixos.



Citemos agora o poeta ANTÓNIO LUÍS RIBEIRO DE BARROS, moço fidalgo da Casa Real, com o grau de Filosofia obtido na Universidade Jesuítica de Évora.

Casou em Lisboa, dedicando-se à Poesia, à História e aos exercícios da nobre arte da Cavalaria. «Era muito estimado por elegante Poeta e destro Cavaleiro», como escreve um dos seus biógrafos.

Morava em Lisboa em sumptuosas casas junto ao Convento de Nossa Senhora da Graça dos Ermitas de Santo Agostinho, de quem era grande benfeitor onde faleceu no dia 18 de Dezembro de 1683.



A 15 de Maio de 1689 recebeu o hábito dos Ermitas de Santo Agostinho no Real Convento de Nossa Senhora da Graça aqui em Lisboa, FREI FRANCISCO DE BRITO, que depois foi Visitador da Província, Pregador e Prior do convento da capital onde veio a falecer no dia 6 de Maio de 1726.

Dele ficaram impressos vários sermões.



Cheio de anos e merecimento faleceu em Lisboa no dia 3 de Março de 1700, no Real Convento de Belém, FREI ANTÓNIO DE BELÉM.

Nascido em Évora recebeu o hábito dos frades de S. Jerónimo, no Convento de Nossa Senhora do Espinheiro, também em Évora,

a 29 de Janeiro de 1641 e chegou a ser prior do mesmo mosteiro em 1667.

Dedicou-se ao estudo da música sacra no coro da Sé de Évora, vindo depois para «mestre de Solfe no Convento de Belém». Seguidamente foi escolhido para Vigário do Coro e Mestre de Capela deste Real Convento.

Ficaram, como obras notáveis deste ilustre músico as peças sacras tais como o *Livro de Responsórios*, Salmos e Coros para as Festas de Cristo. As Lamentações da Semana Santa, os Misereres a Três Coros, a Oração de Jeremias e os Vilancicos para todas as festividades.

Por isso Diogo Barbosa Machado, na Biblioteca Lusitana, ao fazer a sua biografia escreveu estas palavras: «Foi dos célebres compositores de música do seu tempo cujas obras mereceram as estimações assim dos domésticos, como dos estrangeiros».



Recordemo agora FREI FRANCISCO DE S. JERÓNIMO, que recebeu o hábito de frade jerónimo no Convento de Nossa Senhora do Espinheiro, em 1715, e fez votos perpétuos no Real Mosteiro de Belém, no dia 25 de Novembro de 1728, onde exercia o lugar de Mestre de Capela.

Compositor de música sacra diz um seu biógrafo que «sendo as suas obras musicais muito estimadas, assim pela novidade da ideia, como pela suavidade da consonância, com grande estimação».



Não queremos terminar esta nossa palestra sem fazer passar perante V. Ex.^{as} a figura e a obra notável dum político do período liberal. Refiro-me ao eborense AGOSTINHO JOSÉ FREIRE que nasceu na capital do Alentejo no dia 28 de Agosto de 1780.

Bacharel formado em Matemática pela Universidade de Coimbra e Humanidades em Lisboa.

No ardente e patriótico desejo de combater contra a dominação francesa, alistou-se no Regimento de Infantaria 10, em 16 de Outubro de 1809, sendo logo promovido a alferes e neste posto entrou em várias batalhas da guerra peninsular. Pela sua bravura conquistou as divisas de tenente e mais tarde as de capitão.

Desempenha importante papel na entrada em Lisboa da Junta Patriótica do Porto, em Outubro de 1820, quando vem à capital testemunhar a sua fidelidade a D. João VI, ao trono e à dinastia.

Nas Cortes de 1820 é eleito deputado e toma parte activa nos trabalhos das Constituintes, ocupando sucessivamente os lugares de Secretário, Vice-Presidente e Presidente das Cortes.

Reeleito nas Cortes de 1822 mas por virtude da revolução conhecida pela «Vilafrancada» foi obrigado a sair do País, só voltando depois do juramento da Carta Constitucional.

Quando D. Miguel desembarcou no continente Agostinho Freire foi juntar-se a D. Pedro IV em Belle-Isle e desembarcou em Angra do Heroísmo, onde o monarca o escolhe para Ministro da Guerra e interino da Marinha, fazendo assim parte do primeiro ministério liberal.

Em Outubro de 1831 numa reorganização ministerial é-lhe confiada a pasta dos Negócios Estrangeiros.

Em Maio de 1834 já é de novo Ministro da Guerra e, nessa qualidade, o eborense Agostinho Freire transmite aos Marechais Conde de Saldanha e Duque da Terceira, as ordens de D. Pedro IV para que não aceitem as condições do armistício propostas pelo General Azevedo e Lemos para as negociações de paz com D. Miguel, que se encontrava então em Évora.

No dia 29 de Maio de 1834 Agostinho Freire, como Ministro da Guerra, chega ao quartel general do Duque da Terceira, estabelecido em Azaruja, a fim de assegurar com a sua presença e com as medidas que considerasse oportunas tomar, a boa execução das cláusulas da rendição de Évora-Monte, devendo cuidar especialmente da segurança de D. Miguel até ao seu embarque.

Com a subida ao trono de D. Maria II, o eborense Agostinho José Freire fica com a pasta da Marinha no primeiro ministério presidido pelo Duque de Palmela. A breve trecho havia profundas divergências no seio do governo e as relações entre o Duque de Palmela e Agostinho Freire eram cada vez mais tensas. Então a rainha substituiu a Presidência do ministério confiando-a ao Conde de Linhares, mas Agostinho Freire continua Ministro da Marinha.

Sendo elevado à dignidade de Par do Reino é escolhido, em Abril de 1836, para ministro do Reino, num governo presidido pelo Duque da Terceira.

Realiza como político uma obra extraordinária pois entre outras elaborou as Instruções para a organização dos estatutos da Academia das Belas Artes; cria um organismo oficial destinado a superintender

nos negócios de assistência pública — «o Conselho Geral da Beneficência»; introduz importantes melhoramentos na Biblioteca Pública e na Casa Pia de Lisboa e como director do Colégio Militar procedeu a grandes reformas internas.

Em Setembro de 1836 nova revolução eclodiu em Lisboa e Agostinho Freire pede a demissão ministerial e propõe-se abandonar a política recolhendo-se à vida particular.

Porém na manhã de 4 de Novembro de 1836, a rainha D. Maria II o mandou chamar ao paço de Belém e quando para ali se dirigia novo motim político rebenta na cidade e na Pampulha foi assassinado pela população e o seu corpo é arrastado pela rua.

Um dos seus biógrafos escreve: «Assim terminou a existência vítima da revolução que se denominou Belemzada, um dos homens mais notáveis das campanhas da liberdade, um estadista que tantos serviços prestara à Pátria».

★

Não devo prolongar mais esta minha exposição, é tempo de a concluir, mas vejo agora o pouco que disse e do muito que podia ter dito para V. Ex.^{as} ficarem bem documentadas sobre os eborenses que viveram, trabalharam e procuraram também pela sua inteligência e cultura tornar mais bela a história desta encantadora cidade de Lisboa.

São Príncipes da Igreja, Priores dos Conventos, Cónegos Doutorais da Sé, Párocos das Freguesias, capelães nos Mosteiros ou simples religiosos.

São Ministros do Reino, Chanceleres e Altos Dignitários da Corte e do Conselho Régio.

São Músicos e Pregadores da Capela Real.

São Médicos distintos, ilustres Jurisconsultos, militares valerosos e historiadores abalisados.

São artistas e poetas clássicos e populares.

São ainda homens cuja vida é toda caridade benfazeja não só nos hospitais mas também junto dos pobres desta bela cidade de Lisboa.

Eborenses dos mais ilustres pertencentes às mais nobres famílias do reino e também aqueles desconhecidos que vieram da capital alentejana até esta cidade à beira-mar plantada, todos trouxeram as qualidades ráticas dos povos do Sul e todos contribuíram de algum modo para o seu engrandecimento.

Eborenses e lisboetas, unidos no mesmo esforço, irmanados na mesma Fé e impregnados do mesmo patriotismo, todos procuraram certamente contribuir para o engrandecimento da terra Portuguesa.

Dr. Albino Francisco de Figueiredo e Almeida

Notável Figura da Lisboa do Século XIX

por ABÍLIO MENDES DO AMARAL

O illustre Ministro da Educação Nacional, Dr. Veiga Simão, cōncio do seu dever e responsabilidades, e por imperativo da sua dignidade de professor eminente, tomou a corajosa decisão de apresentar ao País um amplo e urgente Projecto de Reforma do Ensino Público. Julgou indispensável e como medida de salvação, levar o nosso Povo a transpor o fosso quase incomensurável que deixaram abrir no caminho da evolução cultural. Bem merece de todos os portugueses.

As desataviadas linhas que ora se escrevem pretendem demonstrar quanta justiça lhe assiste e como é imperioso e decisivo tal esforço. E eu, para tornar visíveis as dimensões do referido fosso, lançarei mão dum sistema que também me permite honrar a memória dum alto e esclarecido espírito, por circunstâncias ocasionais nascido em Coimbra, sem contudo deixar de ser do termo de Gouveia e até mesmo um inclito olisiponense pelo muito e bem que serviu Lisboa: o Dr. Albino Francisco de Figueiredo e Almeida.



Seu pai, o Dr. Jerónimo de Figueiredo e Silva, lente da Universidade de Coimbra, cientista de laboratório e o primeiro que fez uso em Portugal das fumigações de cloro para desempear a cidade, morreu na trágica e imprevisível aventura de Condeixa, quando com outros fora enviado à capital a saudar o rei D. Miguel.

Tinha a sua casa em Vila Nova de Tazem, onde constituía família. Como é compreensível, os filhos estudaram na Lusa-Atenas: o Albino Francisco formou-se em Matemática; o António Joaquim de Figueiredo, em Filosofia, indo tirar Medicina, já no exílio, em Montpellier; o Venâncio foi o primeiro director dos Correios e Telégrafos, lugar que a morte prematura lhe não permitiu exercer.

O pai e os dois filhos doutores distinguiram-se na Academia Real das Ciências, pelo brilho e nível dos seus trabalhos, que mereciam ser evocados se este Boletim tal comportasse. Assim, limitar-me-ei a considerar só o Dr. Albino Francisco, por nos oferecer especial interesse.



Dr. Albino Francisco de Figueiredo e Almeida

Veio para Lisboa, logo se impondo, como lente de Matemática, na Escola Politécnica, onde o irmão foi professor de Botânica. Escreveu tratados de Aritmética, Mecânica Celeste, Telegrafia Eléctrica,

Viação, Caminhos de Ferro e Instrução Pública. Como militar, uns o situam em coronel de Artilharia enquanto outros o apontam em brigadeiro de Engenheiros.

Por sua mentalidade aberta e temperamento vibrante, conspirou contra o regime miguelista. Promoveu e comandou a arrancada do 4 de Infantaria, em 21 de Agosto de 1831, cujo êxito julgavam assegurado e sem necessidade de fazer fogo, tais eram as unidades comprometidas. Seguiram-se os fuzilamentos e as deportações que encheram de sangue e luto o bairro de Campo de Ourique. Quando iam deitar-lhe a mão, na sua residência da Praça das Flores, escapuliu-se da Cotovia para as Taipas, conseguindo alcançar, de noite, o navio inglês que o levou para Londres, onde se juntou aos outros emigrados. O mesmo teve de fazer Alexandre Herculano.

Integrado nas forças desembarcadas no Mindelo (ou em Pampido), bateu-se no Cerco do Porto, sendo ferido, e distinguiu-se em Pernes, Leiria, Torres Novas e Almoester. Finda a Campanha da Liberdade, teve assento em várias legislaturas da Câmara dos Deputados, ali continuando a honrar a sua qualidade de Professor.



O Intendente Geral da Polícia, Pina Manique, tinha-o sob especial vigilância. Ao Juiz do Crime, da freguesia de Santa Isabel (abrangia então a Praça das Flores) ordenou:

«Informe me V. Mercê confidencialmente sobre a conducta politica e moral de Albino Francisco de Figueiredo, Mestre da Academia, e morador na Praça das Flores.» (Correspondência confidencial, L.º 2.º Corte 224-298, in Pinto de Carvalho, «Lisboa d'outros tempos», II-145).

E Francisco Augusto de Pina Manique («Portugal desde 1828 a 1834», pág. 140 e seg.) trata-o depreciativamente por «um indivíduo», «um cavalheiro desconhecido», «um louco», «o espírito do mal» que levava aqueles infelizes (do 4 de Infantaria) ao «crime de rebelião». E por esse *espírito do mal*, prometeram ao denunciante o prémio de um conto de réis. A respeito da legitimidade de conspirar, encontram-se no «Diário de Ribeiro Saraiva», elementos cheios de interesse. Esse miguelista ferrenho, mas ilustre, conspirou activamente contra o Conde de Basto (Chefe do Governo), a quem atribuía todo o descré-

dito do regime. Parece ninguém ter usado de tão candente linguagem, no próprio Paço. Todavia, não houve quem o prendesse ou insultasse. O acto de julgar requer um critério elevado e isento de paixões.

Júlio de Castilho, olisipógrafo notável, transcreveu de «As vinte e cinco prisões», de Adriano de Castilho, entre outras as seguintes palavras:

«Esse (Dr. Albino Francisco de Figueiredo) foi o homem que se votou cientemente à morte e aos suplícios mais que prováveis, com o fito no ideal sublime de libertar o Reino.

«Se tivesse sido vencedor (e veio a ser), oh! quanto a sua memória seria aclamada ainda hoje! Como foi vencido, a geração nova nem já o nome lhe sabe sequer.»

Mais ainda. O Conselheiro de Estado, Dr. Albino Francisco de Figueiredo, o tal «cavalheiro desconhecido», a quem foi imposta a condecoração da Nobre Ordem da Torre e Espada depois de ser comendador da Ordem de Avis, diplomou-se na Escola Nacional de Pontes e Calçadas, de Paris, e era desde 1831 da Real Academia de Marinha, tendo feito parte da Comissão encarregada de organizar a Escola Naval.

Pertenceu ao Conselho Geral das Obras Públicas e Minas, desenvolvendo intensa acção nos estudos e superintendência dos serviços e material dos Caminhos de Ferro de Lisboa a Santarém e de Lisboa à fronteira de Espanha (Leste) e na construção da estrada de Aldegalega (Montijo) a Elvas.

O insigne professor da Politécnica e brilhante ornamento da Academia das Ciências, redigiu a revista «O Ateneu» e colaborou em diversas publicações científicas (in Representação dirigida a D. Pedro V, em 6-4-1859, por D. Emília Cândida de Figueiredo, cuja cópia devo à gentileza do Dr. António Martins de Figueiredo).



O seu «Projecto de Reforma da Instrução Pública», para o tempo (há 135 anos), seria duma audácia e amplidão verdadeiramente revolucionárias. Saiu da *Impressão Galhardo e Irmãos, Lisboa-1836.*

Só um professor de rara envergadura intelectual o poderia então conceber. Verdadeiramente global, abrangia todos os ramos do saber, integrava ainda os sectores eclesiástico e militar e dispunha de estrutura económica suficiente para lhe garantir a exequibilidade. Todavia, não passou de projecto...

Pelos breves excertos, a seguir treladados, se avaliará dos prejuízos daí advindos e do nível a que o País poderia ter sido alçado. Logo no Preâmbulo, depois de referir o exclusivismo que certas classes mantinham quanto ao ensino, diz a pág. 7:

«Mas abertas, uma vez, as portas aos mistérios das ciências, para sempre cessam os males que o seu monopólio podia produzir, e não serão mais que fontes de prosperidades para os povos. Os costumes se aperfeiçoarão, a civilização marchará. A Liberdade receberá das ciências um apoio inabalável, e a Igualdade obterá mais um elemento para a sua existência, o menos rico e menos poderoso serão mais sábios.

... ..
«Para que a ciência se dissemine por todo o nosso belo solo intelectual, e aí frutifique, é mister que no ensino se atenda à Instrução Geral, à Especial e à Instrução Superior. É claro não poderem todos os cidadãos professar as ciências, mas também o é deverem todos possuir os conhecimentos suficientes para a administração de seus negócios e de sua indústria, para o conhecimento e exercício de seus direitos civis e políticos.

(A pág. 8):

«Pela instrução Superior se conserva e aumenta o santo facho das Ciências e das Artes. Elas ficariam estacionárias, se lhes não fossem consagrados privativos ministros, que tenham por obrigação e gosto seu dilatá-las, descendo aos elementos mais simples, e subindo às teorias mais elevadas.

(A pág. 9):

«A classe dos cidadãos, cujo emprego não é privativamente a cultura das ciências, tem contudo aprendido quanto basta

para julgar os que as professam em todas as suas acções, opiniões e teorias, que devam ter resultados práticos: qualquer diferença de talentos e de conhecimentos em frente da nulidade é suficiente para produzir dum lado a impostura, do outro o fanatismo, dum o engano, do outro o erro;...

... ..
«Na mais pequena aldeia e na cidade mais populosa devem haver estabelecimentos de instrução primária;...
... ..

(A pág. 12):

«Quaisquer que sejam as contrariedades, que obstem à criação da Universidade, todas serão nulas diante duma vontade decidida.

Nas nações, que gozam de instituições liberais, nenhuma empresa deixa de realizar-se por falta de fundos; qualquer obstáculo é removido pelo espírito de associação, para o qual não há impossíveis, porquanto representa a soma dos capitais e recursos das gerações presentes e futuras: obras que parecem exceder a imaginação têm sido levadas a efeito por este prodigioso resultado e instrumento da Liberdade.
... ..

(A pág. 13):

«A Universidade é porém de todas as empresas a mais bela em si, e a de mais glória para os que a promoverem;»

(Passemos ao corpo do Projecto)

TÍTULO 1.º

DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA

Art.º 1.º — A instrução primária será dividida em quatro secções: 1.ª — Casas de asilo para a infância (escola infantil, jardim de infância ou jardim-escola); 2.ª — Escolas primá-

rias elementares; 3.^a — Colégios de instrução primária, ou escolas primárias superiores; 4.^a — Escolas normais primárias, que serão anexas aos Liceus provinciais.

Art.º 2.º — O fim das Casas de asilo é preparar as crianças para a educação e instrução primárias, desenvolvendo-lhes a linguagem, a memória, a agilidade corpórea, o germe da moralidade, e principiando a ensinar-lhes a leitura e escrita.

Art.º 3.º — Nas Casas de asilo serão recebidas as crianças de ambos os sexos desde a idade de dois até à de seis anos, e nelas se conservarão durante o dia.

Art.º 4.º — Haverá Casas de asilo nas povoações que excederem certo número de habitantes, e serão regidas por senhoras de reconhecido merecimento, e dotadas de todas as virtudes domésticas, particularmente de decidida afeição à infância.

(Segue o plano de estudos)

Art.º 9.º — Os castigos serão unicamente morais;

Art.º 10.º — Um dia na semana será dedicado aos exercícios ginsticos;

Art.º 11.º — Haverá no domingo, ou à noite em dias de semana, como melhor convier e for regulado, escola para adultos: procurar-se-á ensinar-lhes a escrita, a leitura, a aritmética, acomodando à sua idade a forma do ensino.
... ..

Art.º 16.º — ... (os professores) terão direito ao acesso a primeiros professores das escolas primárias superiores.

Art.º 17.º — Nas povoações que devam ter pelo número de seus habitantes mais de dois professores de instrução primária haverá uma escola primária superior composta de não menos de três professores,
... ..

Art.º 34.º — *As senhoras dedicadas ao ensino gozarão de toda a consideração pública e particular;*

Passados trinta anos de serviço e impossibilitadas de continuarem se lhes concederá a sua jubilação por inteiro; ...

Art.º 35.º — *Os professores das escolas primárias pertencentes a cada julgado reunir-se-ão em conferência quatro vezes no ano: ... será presidente o mais velho... a reunião tem por fim providenciar sobre o melhoramento da instrução primária e os métodos de ensino*

Art.º 36.º — *... Deverão igualmente nas conferências propor-se as reformas necessárias nos livros*

Art.º 37.º — *Todas as deliberações tomadas na conferência serão exaradas no livro das actas e remetidas ao Conselho de Instrução Pública,*

TÍTULO 2.º

(Ao longo deste Título 2.º e até ao Artigo 76.º, explana-se e articula-se o ensino liceal, dando-lhe grande amplidão e ligando-o ao superior. Na parte final do Art.º 41.º vem estabelecido o curso de ginástica. No Art.º 50.º determina-se que haja alunos internos e alunos externos.)

... ..

Art.º 52.º — *Além do professor da cadeira de música haverá nos Liceus mestres de diferentes instrumentos musicais: qualquer aluno pode dedicar-se a esta arte.*

Art.º 53.º — *Haverá nos Liceus mestres de dança: os alunos podem igualmente dedicar-se a esta prenda.*

Art.º 54.º — *Haverá em cada Liceu uma escola normal de instrução primária.*

(Do Art.º 55.º ao 59.º estabelece o curso militar, para o qual haveria mestres, instrutores, equipamento, cavalos e material das diferentes armas.)

Art.º 60.º — *O edificio de cada Liceu será dado pelo Estado: cada Liceu terá também propriedades agrícolas que sirvam para um estabelecimento de agricultura (granjas modelos).*

... ..

(No Art.º 65.º determina-se que aos domingos haja aulas destinadas às classes laboriosas, que durante a semana estão entregues aos seus respectivos trabalhos. No Art.º 67.º dispõe-se o que respeita à aula do Comércio. Atenda-se a que os estudos vieram a differenciar-se com o decorrer do tempo. Por isso, neste Projecto de Reforma (global) acham-se incluídas, em germe, as aulas que ora se professam, por exemplo, em Seminários, Escolas Militares, Conservatório, Veterinária, Agronomia, Institutos Comerciais e Industriais, Academia de Belas Artes, etc., etc.)

Art.º 68.º — *Cada Liceu terá um Laboratório químico, um Jardim botânico, um gabinete de máquinas e instrumentos.*

... ..

Art.º 76.º — *Haverá Liceus para as pessoas do sexo feminino, onde se lhes dará a educação e instrução que lhes é própria.*

TÍTULO 3.º

(Até ao Artigo 205.º o autor estrutura o ensino universitário, tratando-o conscientemente. Este arrezoadado já vai longo; o Projecto acha-se publicado e quem se interessar vai o ler. Aqui, só me proponho destacar certas «novidades» entrevistas e consideradas por um espírito superior, da primeira metade do século passado. Repare-se...)

... ..

Art.º 161.º — *Junto às principais Academias estrangeiras, e nos pontos onde mais convier ao comércio, se criarão cadeiras*

de língua portuguesa, cujo fim será dar aos estrangeiros o conhecimento da língua nacional.

(Pelo Artigo 221.º é criado o jornal literário da Universidade, a que se sucederiam naturalmente os Boletins das diversas Faculdades. Mais adiante, fixa-se o período de 20 anos de serviço para garantir uma aposentação com ordenado por inteiro. A Universidade disporia, em anexos, de Fábrica de Papel e Tipografia. Mais novidades? Ainda...)

Art.º 231.º — *As Câmaras Municipais, Misericórdias, Confrarias e Irmandades formarão a Companhia de Seguros da instrução pública, cujo fim será adiantar os meios pecuniários, que forem precisos para seguir os estudos, a quem, sem ter esses meios, os pretender seguir.*



O articulado transcrito, nanja as minhas palavras, prova que há 135 anos, um Mestre de alto pensamento, contemporâneo de Froebel e quase de Pestalozzi, mas anterior a Montessori, Decroly, Ferrière, Cousinet e outros, concebia e advogava uma extensão escolar que tinha início aos dois anos de idade com o ensino infantil, se continuava com o primário e primário superior e ia até ao cume.

Para os que não pudessem ir longe, defendia a existência de cursos nocturnos e aulas dominicais, como para outros casos eram de admitir alunos externos ou voluntários. No apetrechamento, que tornaria o ensino concreto e activo, contavam-se laboratórios, bibliotecas, granjas, jornais escolares, fábrica de papel e oficinas tipográficas. Os professores eram obrigados a reunir em sessões de estudo (congressos, como por iniciativa sua efectuaram no primeiro quarto do século) e a propor emendas e alvitres, quanto a programas, livros e iniciativas. E naquela solução das dificuldades financeiras sentidas por estudantes, por virtude das quais teriam de suspender os cursos, parece enxergar-se o caminho para uma cada vez maior, até completa, gratuidade.

Como ora nos encontramos, sabe quem lê, estuda e pensa; como se chegou a isso, é uma triste história.

Nesta hora de ritmo acelerado e técnica assombrosa, nós ainda utilizamos os «laboratórios» do Pai Adão e da Arca de Noé.

De novo apareceu um Homem decidido a fazer-nos transpor o fosso que nos cortara o caminho. Ferido na sua dignidade de Professor, o Ministro Veiga Simão, ao apresentar o seu bem elaborado Projecto, e porque «a barca da educação portuguesa não pode afastar-se mais da flotilha da Europa...», foi como se à beira da respectiva sepultura gritasse também a este novo Lázaro: — «Levanta-te e caminha!»

A **LEGAL & GENERAL**

agradece aos

«AMIGOS DE LISBOA»

*a preferência que lhe têm dado para os seus
contratos de seguros*

Capital e Reservas

Correspondente:

MIL MILHÕES DE LIBRAS

Rua da Madalena, 80, 1.º — LISBOA

UMA PROCLAMAÇÃO

AOS LISBONENSES EM 1808

pelo DR. MANUEL H. LOURINHO

A primeira invasão francesa comandada por Junot em 1807 trouxe consigo tropas espanholas que, por acordo com Napoleão, procuravam conjuntamente submeter e dominar Portugal.

O tratado de Fontainebleau — mantido secreto por expressa ordem de Napoleão — reconhecia o príncipe da Paz, D. Manuel Godoy, príncipe soberano do Algarve, depois da conquista de Portugal que era desmembrado.

Este Godoy, valido de Carlos IV que governava a Espanha, era amante da rainha espanhola, e com grande escândalo de todo o país, dispunha de poderes ilimitados e descricionários.

Junot não tinha grande confiança na disciplina, e, principalmente, na obediência das tropas espanholas que colaboraram com ele na invasão, tendo licenciado algumas delas.

A travessia da Espanha foi uma tragédia para os franceses, não só pela velocidade de marcha imposta pelo comando às tropas, como ainda — apesar da ligação com os espanhóis — pela falta de auxílio lojístico que antecipadamente lhe fora prometido. Acontecia até, que os soldados franceses preferiam dormir ao ar livre, nas ruas, do que utilizarem os alojamentos que lhe eram destinados, a fim de fugirem à praga de parasitas que os infestavam. As rações alimentares eram deficientes, pela pouca diligência das autoridades espanholas, nos fornecimentos entregues aos franceses. A travessia começou a 17 de Outubro de 1807, foi morosa, devido às dificuldades promovidas pelo

tempo invernosos, durante toda a marcha através do norte da Espanha, a par de não conseguir manter, da parte das populações, benévolo acolhimento às tropas francesas. Não admira que chegando à fronteira de Portugal, o estado geral do exército de Junot fosse miserável, soldados mal equipados, alguns descalços e fracamente alimentados; conservando porém o moral de corpo que caracterizava o exército francês da época. Esta circunstância, apesar da disciplina, deu lugar a que fossem saqueadas povoações espanholas, o que mais agravou a pouca simpatia das populações.

No dia 20 de Novembro de 1807 o exército francês invadiu Portugal, caminhando de Valência d'Alcântara a Abrantes pela margem direita do Tejo, enquanto as forças do general espanhol Carafa, o faziam pela esquerda. Chegaram os invasores a Abrantes no dia 24 de Novembro, depois duma travessia difícil devido a tempo invernosos, às dificuldades do terreno e a difíceis condições de abastecimento.

Junot entrou em Lisboa às 8 horas da manhã do dia 30 de Novembro, à frente duma força de pouco mais de mil e quinhentos homens, aos quais se reuniu, posteriormente, o resto do exército francês que perdeu nesta travessia, desde a fronteira, à volta de 1700 homens, afogados, doentes ou extraviados.

Entretanto o regente do Reino e o Governo — em Lisboa — com a aproximação do exército francês, cujo estado geral era ignorado pelos portugueses, tomava a decisão de abandonar o País. Para tal apromptaram-se 36 barcos, entre navios de guerra e de comércio, onde se acoitaram a família real, a corte e mais de oito mil pessoas, homens, mulheres, crianças e criadagem respectiva. No dia 27, debaixo da chuva que caía abundantemente, as principais famílias ligadas à governação embarcaram mobiliário, dinheiro e toda a espécie de objectos; tendo saído a barra no dia 28 à tarde.

Junot recompôs as suas forças, alimentando-as e equipando-as convenientemente, à custa de um empréstimo de dois milhões de cruzados, feito pelo comércio de Lisboa. Assim, dominou o País até Agosto de 1808 que ocupou, conjuntamente com os generais espanhóis Taranco, Solana e Carafa, respectivamente no Porto, Algarve e Setúbal.

Em 1 de Agosto de 1808 os ingleses desembarcaram junto à foz do Mondego, em seis dias, aproximadamente dez mil homens, sob

o comando do general Artur Wellesley, aos quais se juntaram, em 8 de Agosto, mais cinco mil, sob o comando do general Spencer. As tropas portuguesas que acompanharam estas forças, no total de seis mil homens eram do comando do general Freire. Foram estes contingentes que marcharam sobre Lisboa, junto à costa portuguesa do Oceano Atlântico, sob a possível protecção da esquadra inglesa que os receberia no caso de serem derrotados.

Junot procurou atacar estas forças com os efectivos que ocupavam Lisboa, reunindo-lhes tropas dispersas que ocupavam determinados pontos do País.

O primeiro encontro efectuou-se na Roliça, entre as vanguardas do exército anglo-português e uma divisão francesa sob o comando do general Delaborde. A este combate, favorável às tropas aliadas, seguiu-se em 21 de Agosto de 1808, a batalha do Vimeiro. O empenhamento começou ao nascer do sol e durou até ao meio dia, em que as tropas francesas retiraram para Torres Vedras.

Como consequência da derrota de Junot, foi assinado um armistício no dia 30 de Agosto, conhecido sob o nome de convenção de Sintra. Esta convenção firmou em resumo: que o exército francês se retirava de Portugal com todas as honras de guerra, levando tudo quanto lhe pertencia, seria conduzido em navios ingleses aos portos franceses La Rochela, Lorient e outros, poderia entrar novamente em campanha, os feridos e os doentes seriam tratados e evacuados, logo que o seu estado lhes permitisse viagem. Igualmente se faria com as guarnições francesas que ocupavam Almeida e Elvas.

Esta convenção foi assinada pelo general inglês Hew Dalrymple que então desembarcara e assumira o comando dos aliados e pelo general francês Kellerman. Foi considerada muito honrosa, por Napoleão.

Em 15 de Setembro de 1808 os franceses embarcaram para evacuar Portugal, tendo Lisboa festejado o facto, com luminárias, foguetes, embandeirando as janelas e trazendo os lisbonenses laços encarnados nos chapéus.

Em fins de Outubro de 1808 os negociantes de Lisboa realizaram um grande banquete no picadeiro do teatro de S. Carlos que foi tapado com lonas, tendo sido dividido em varias salas, para música, divertimentos e outras festas, festejando assim o embarque dos invasores.

No dia em que se realizou o banquete foi afixada, à esquina da rua dos Capelistas, junto à dos chamados ourives do ouro, uma proclamação *manuscrita e anónima* que era concebida nos seguintes termos :

PROCLAMAÇÃO

«Que é isto Lisbonenses! Que delírio é o vosso! (assim vos falava o vândalo Junot).

Quando o dever da honra vos chama à união dos vossos compatriotas e aliados vos entregais a divertimentos? Não vos desperta ainda o nobre exemplo das províncias, cujo inflamado no amor da Pátria vieram libertar-vos do vergonhoso cativo? Acaso eles interessam mais na existência da monarquia? São mais obrigados ao soberano do que vós? Por certo que não. Antes vós como habitantes da capital, centro das honras que emanam do trono e onde existe a grandeza, tendes mais um título, uma força que vos deve distinguir na defesa do Estado. Mas que se observa: uma escandalosa inacção, nenhum patriotismo, que tanto mancha e nega a glória. Que poderes receareis? Não com festas à profia (que mais por capricho e por emulação se dedicam ao Deus Verdadeiro que só aceita ofertas sinceras e se ofende de aparentes sacrifícios cujo fumo se precipita) mas sim com acções dignas de vós, da gratidão e da honra.

Os heróicos espanhóis não se poupam, eles arrostando intrépidos a morte, defendem-se com honra e esta defesa vos interessa. Os generais ingleses viram resgatar-vos e vós Lisbonenses que tendes feito? Pensais que a vossa felicidade está segura? Que já tendes o comércio como dantes? E que uma constante paz se firma brevemente? Ah! E como vos enganais. pois, a causa é igualmente vossa, abraçai o exemplo liberalizando ofertas, até mesmo essas caprichosas despesas destinadas e outros festins convertei-as à Caixa Militar, vesti os vossos concidadãos, calçai-os, ponde-os em estado de servir com mais prazer, de auxiliar os vossos vizinhos e aliados, ide com eles a combater o tirano da Europa que se apreça e vos ameaça. Apagai a mancha que tendes de cobardes aplicando toda a força de que sois susceptíveis. Se esses vândalos carníferos franceses

permanecessem entre vós a contribuição não se apagará? Os males não contuavam? E vós todos não darieis tudo quanto possuísseis porque à força vo-lo arrancariam. Sim, logo que vos detém? Deliberai já reforços voluntários que vos acreditem e evitai preceitos violentos que vos aviltem. Já não existem terrores que vos amedrontaram, resta que apareçam efeitos que honrem. E portugueses esse monstro esse Tirano já mais vigore: contudo a justiça e a honra vos gritam e chamam à união. Esta soberba Capital é populosa e rica, ela contém em si um forte objecto conducente a bons fins. Grandes empresas se apoiarão com o respeito e com a nobreza, liberalize esta as suas rendas, com que o Estado tanto a enriqueceu e distingue, apareça pois a sua força operando como deve, desminta a opinião recente, seja grata a benefícios e a distinções, lave manchas que a maculam, seja enfim quem anime, quem com o exemplo dirija ao campo da honra e da glória um Povo que até aqui ignora as dispendiosas fadigas de uma defesa rigorosa, o qual reagindo do letargo em que jaz, se fará digno de louvour. Omnipotente auxiliará a causa que é sua mas se obstinadamente a cobardia, a indolência e avareza vos possuir por mais tempo, desgraçados de vós. Ânimo pois Lisbonenses, honra cidadãos, todos amor ao Príncipe, Patriotismo e Religião.»

Nesta proclamação diz-se: «apagai a mancha que tendes de cobarde». É certamente referência às opiniões do general Artur Wellesley, por ele enviadas ao governo inglês.

A verdade porém é ter sido o exército inglês, desde o desembarque, auxiliado na sua marcha sobre Lisboa, por tropas portuguesas. Nela tomaram parte 1400 homens de infantaria ligeira, 300 de cavalaria, além de aproximadamente seis mil homens que marchando pelas estradas interiores lhe protegiam o flanco esquerdo, de forma que as forças inglesas pelas estradas do litoral, estavam aptas a reembarcar, ao primeiro revez que lhes fosse infligido por Junot.

Esta proclamação encontra-se escrita na antecapa posterior do 3.º volume da *História de S. Domingos* por Frei Luís Cacegas, reformada e amplificada por Frei Luís de Sousa. Não se diz quem foi o autor da cópia que ali se encontra, também manuscrita.

Foi respeitada a redacção e ortografia da proclamação.

O Nome « LISBON » nos Estados Unidos da América

por JOÃO VIDAGO

Um facto geralmente pouco conhecido, é o da profusão com que se acham repetidos nos dicionários toponímicos (*Gazetteers*) dos Estados Unidos da América os nomes aproveitados de toda a Europa, em especial de todos aqueles países que, por força das suas correntes migratórias, mais contribuíram, ao longo do século XIX, para a expansão demográfica e territorial do país. É claro que se mostra mais acentuada a predominância dos nomes de origem anglosaxónica, nas mais variadas formas, quer por repetição simples quer por formas compostas a que as primeiras servem de base.

Para o caso especial das capitais europeias, fomos encontrar na *Encyclopédia Britânica*, edição de 1903, vol. 34 (ATLAS), um elevado número de repetições destes nomes, como por exemplo, Berlim 36 vezes, Paris 33, Londres 24, Roma 23, Madrid apenas 7, tal como se pode ver no índice que segue ao referido Atlas. Quanto à nossa Lisboa está representada 19 vezes, a que devemos acrescentar mais 4 para a forma *New Lisbon* e duas para *Lisbon Falls* e *Lisbon Center* (ou *Station*), porém sem descrição alguma no corpo da obra, isto é, no lugar que lhes corresponderia como vocábulos descritivos das mesmas.

Entende-se pois que uma boa parte destes nomes representam entidades rurais ou suburbanas de escassa significação económica ou administrativa, de modo que a circunstância de figurarem no Atlas a que nos referimos, deve-se a que este é, só por si, uma obra monumental que, tomada independentemente da Enciclopédia, tem um valor próprio, documental e histórico, sempre válido e de extraordinária amplitude universal.

As edições seguintes mostraram-se mais parcimoniosas nesta enumeração, de modo que a 14.^a edição, regista LISBON apenas 4 vezes, também sem lhes dedicar referência alguma na sequência alfabética do texto ou corpo da obra. Por sua vez a *Encyclopedia Americana*, edição de 1966, limita-se a uma única *Lisbon*, dedicando-lhe um artigo próprio na respectiva sequência do texto. Trata-se de uma das localidades situadas no Estado de Ohio, a que assinala uma população de 3579 hab., como importante centro de embarque de carvão, indústrias de cerâmica e refractários assim como de uma zona agrícola muito diversificada.

Mas um dicionário geográfico publicado em 1952⁽¹⁾ insere um artigo relativo a onze povoações⁽²⁾, de que damos um apontamento resumido, dispensando a localização por coordenadas geográficas assim como a identificação administrativa, para não sobrecarregar-mos este nosso despretencioso estudo:

LISBON: 1, cidade agrícola (pop. 1282), Estado de Connecticut⁽³⁾, incorporada⁽⁴⁾ em 1786; 2, aldeia (pop. 183), Estado de Illinois, em rica zona agrícola; 3, cidade (pop. 952) Estado de Iowa, lacticínios, etc.; 4, cidade (pop. 4318), Estado de Maine, fábricas de encerados, textéis, com *Lisbon Falls* (pop. 2153) e *Lisbon Center*, incorporada em 1799; , aldeia, Estado de Michigan, área rural; 6, cidade (pop. 2009), incluindo a aldeia de Lisbon (pop. 1372), Estado de New Hampshire, extracção de madeiras, desportos de inverno, fundada em 1753 e rebatizada em 1824; 7, cidade (pop. 2031), Estado de North Dakota, lacticínios, fundada em 1878 e incorporada em 1883; 8, aldeia (pop. 3293), Estado de Ohio, carvão, cerâmicas, etc. Fundada em 1802 com o nome de New Lisbon.

(1) *The Columbia Lippincot Gazetteer of the World*, Columbia, University Press, New York, 1952, pág. 1962. A numeração é a do próprio artigo.

(2) Deve notar-se que os N.^{os} 4 e 6 incluem mais de uma povoação.

(3) Não incluída na *Encyclopedia Britannica*, o que eleva o número total de nomes *Lisbon* a 10.

(4) Significa ter adquirido estatuto municipal.

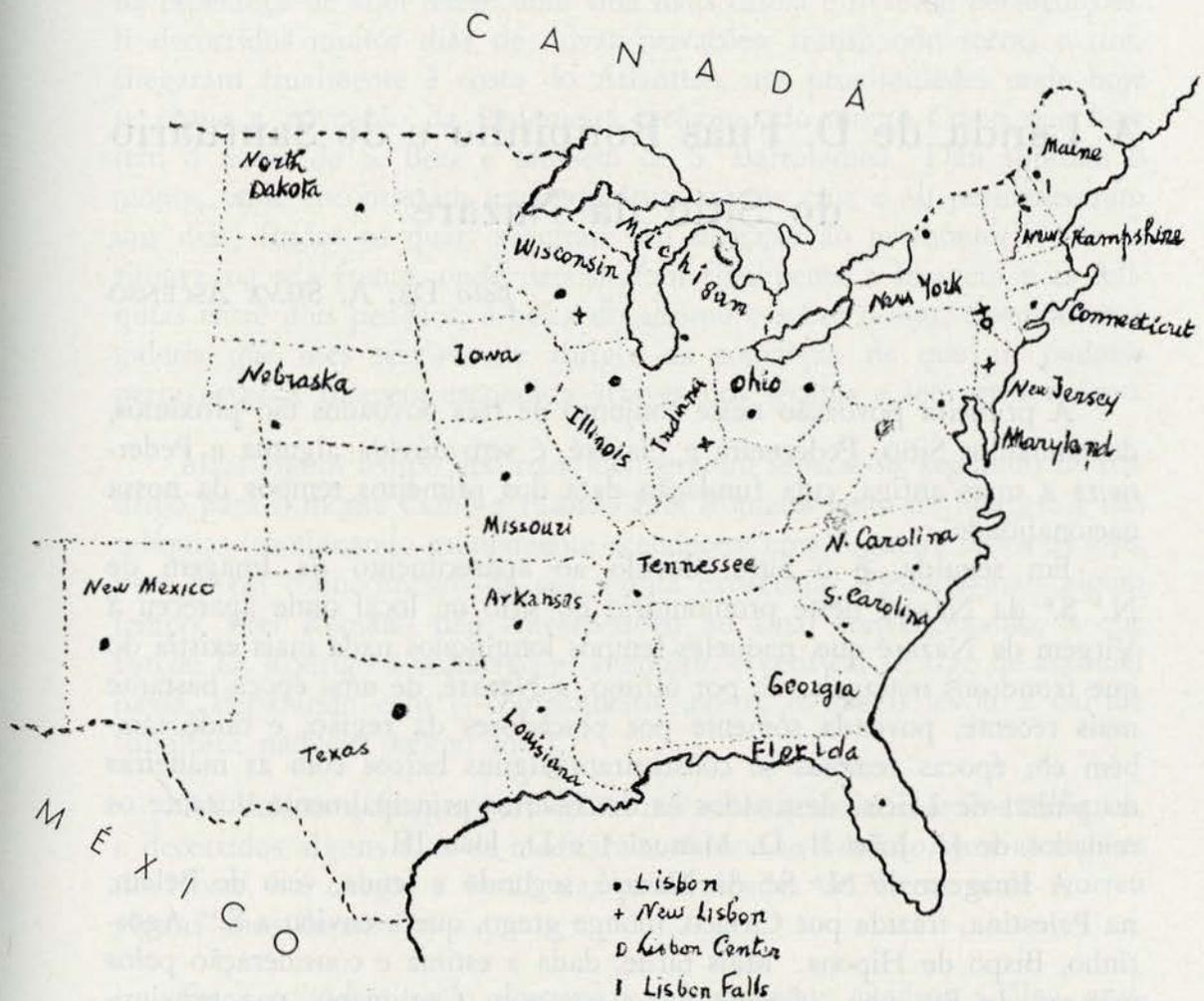
Resta-nos acrescentar ainda mais quatro, noutros Estados, segundo nos confirmam da Biblioteca Pública de Nova York, carta de 6 de Abril último), em resposta à nossa consulta, o que gostosamente registamos.

Obtém-se deste modo um total de 30 vezes a palavra *Lisbon*, dispersa por 24 Estados da União, e assim distribuída: *Lisbon* 24 vezes, *Lisbon Center* 1, *Lisbon Falls* 1, e *New Lisbon*, 4. Julgamos que a melhor forma de dar a conhecer aos nossos leitores a distribuição nos vários Estados seria a de um esquema cartográfico, esperando ter conseguido a clareza necessária para tal efeito.

Como se verifica do nosso esquema, o nome encontra-se, nalguns Estados, em duplicado, quer na forma singela quer nalguma das formas compostas. Estão no primeiro caso, o Estado de New Hampshire, com duas *Lisbon*, uma delas em dependência da outra, e o Estado de Ohio, com outras duas, mas estas bem apartadas na sua individualidade geográfica. No segundo caso, o Estado de Maine apresenta as formas *Lisbon* e *Lisbon Falls*, o Estado de New York as três formas de *Lisbon*, *Lisbon Center* e *New Lisbon*, e ainda o Estado de Wisconsin, as duas de *Lisbon* e *New Lisbon*, a primeira porém como designação de um distrito administrativo. Por outro lado, no Estado de Texas, o aglomerado *Lisbon* faz parte da cidade de Dallas, capital do Estado.

Um inquérito mais particularizado sobre cada uma destas povoações não deixaria de oferecer aspectos interessantes acerca da sua formação e evolução histórica, traços característicos, proveniência dos fundadores e razões de batismo, a que não seriam estranhas a tendência de recordar uma pátria distante. Algumas devem ter surgido com os primeiros impulsos da expansão populacional e territorial ainda antes da independência, como por exemplo no Estado de New Hampshire, onde se assinala à fundação da cidade de *Lisbon* a data de 1753.

(Segue-se um esquema cartográfico da distribuição do nome LISBON nos Estados Unidos da América.)



O nome «Lisbon»: Esquema da sua localização nos vários Estados

A Lenda de D. Fuas Roupinho e do Santuário do Sítio da Nazaré

pelo DR. A. SILVA ASCENSO

A primeira povoação neste conjunto de três povoados tão próximos, denominados Sitio, Pederneira e Nazaré, é sem dúvida alguma a Pederneira a mais antiga, cuja fundação data dos primeiros tempos da nossa nacionalidade.

Em seguida, é o Sitio, devido ao aparecimento da Imagem de N.^a S.^a da Nazaré neste promontório do sítio ou local onde apareceu a Virgem da Nazaré que, naqueles tempos longínquos nada mais existia do que frondosos matagais. E, por último, a Nazaré, de uma época bastante mais recente, povoada somente por pescadores da região, e onde também em épocas remotas se construíram alguns barcos com as madeiras do pinhal de Leiria, destinados às descobertas principalmente durante os reinados de D. João II, D. Manuel I e D. João III.

A Imagem de N.^a S.^a da Nazaré, segundo a lenda, veio de Belém, na Palestina, trazida por Ciríaco, monge grego, que a enviou a S.^{to} Agostinho, Bispo de Hipona. Mais tarde, dada a estima e consideração pelos monges de Espanha, ofereceu-a ao convento Cauliniano, nas proximidades de Mérida, juntamente com um cofre em marfim contendo as relíquias de S. Braz e de S. Bartolomeu.

Quando em 714 se deu a invasão árabe na Península Ibérica e depois a grande batalha de Guadalete, nas margens do mesmo rio, afluente do Guadalquivir, em que D. Rodrigo, rei dos Godos, foi derrotado, conseguiu este evadir-se disfarçado de mendigo, como o mostram os quadros existentes na sacristia, e acolher-se ao convento Cauliniano, depois de muitos dias de tormentos e privações.

Decorridos alguns dias, receando a aproximação dos exércitos invasores que avançavam do Sul para o Norte da península, deliberou D. Rodrigo fugir novamente, por não se encontrar ali em segurança, sendo acompanhado na fuga pelo monge Frei Romano daquele convento, levando consigo a Imagem e as relíquias e tomando a direcção do Atlântico, na esperança de aqui terem uma vida mais calma e livre de perseguições. E decorridos muitos dias de novas privações, transpondo serras e rios, chegaram finalmente à costa do Atlântico, nas proximidades onde hoje se ergue a povoação da Pederneira, próximo do monte Ciano que hoje tem o nome de S. Braz e também de S. Bartolomeu. Dali subiram o monte, onde encontraram uma supultura e uma cruz e ali permaneceram uns dias, findos os quais seguiram em direcção ao promontório que se situava na sua frente, onde depositaram finalmente a Imagem e as relíquias entre dois penedos, à beira do abismo e sobre o mar, cavando uma galeria que lhes servisse de abrigo, na convicção de que ali pudesse permanecer a Imagem escondida através dos séculos e sem menor dano.

Mais algum tempo decorrido deliberaram separar-se, seguindo D. Rodrigo para o monte Ciano e ficando Frei Romano junto da Imagem e das relíquias, combinando mutuamente acenderem uma fogueira todos os dias, para terem conhecimento da sua mútua existência. Passado mais algum tempo, Frei Romano não correspondeu ao sinal convencionado, o que forçou D. Rodrigo a voltar ao promontório e verificar se algo de anormal havia, deparando com o companheiro morto, o que o levou a dar-lhe supultura naquele mesmo local.

Ali deixou a Imagem escondida nas rochas, assim como as relíquias, e decorridos alguns dias de meditação, afastou-se solitário para as regiões do Norte, até chegar a Fetal, nas proximidades de Vizeu, onde morreu alguns anos depois.

Estes episódios estão descriptos em pequenos quadros a óleo, antiquíssimos, já bastante danificados, sem data e sem autor, na secretaria da Igreja, onde se encontra também uma grande imagem de Cristo crucificado, igualmente antiquíssima, assim como outros quadros a óleo sem grande valor.

Assim decorreram os séculos, até que no ano de 1179 foi descoberta a Imagem por uns pastores que por ali andavam pascentando os seus rebanhos.

A notícia do sucesso não tardou a ser conhecida por toda esta região, passando a Imagem a ser venerada naquele mesmo local por imensa gente que ali se deslocava em sentida peregrinação.

Foi então que o grande cavaleiro e almirante português, D. Fuas Roupinho, alcaide-mór de Porto de Mós, grande colaborador de D. Afonso Henriques nas lutas contra os serracenos, andando um dia por esta região na caça aos veados, perseguiu um destes animais no meio de denso nevoeiro que envolvia o promontório.

Repentinamente, quando julgava atingir o animal, viu-se D. Fuas no extremo de uma rocha que, a mais de 100 metros de altura cai quase verticalmente sobre o mar. Imediatamente o cavalo estaca firmado nas patas traseiras e, com as mãos no ar, em atitude de formar salto. Foi então que o cavaleiro avaliando o abismo que se abria sobre os seus pés, acudiu-lhe repentinamente ao espírito a memória daquela imagem tão venerada que ali se ocultava entre os rochedos e, numa prece, ardente de fé, invoca o seu auxílio, evitando que o nobre cavaleiro se perdesse naquele imenso abismo.

Foi D. Fuas Roupinho que em sinal de agradecimento mandou depois erigir naquele local uma pequenina capela em honra da sua protetora, a Virgem de N.^a S.^a da Nazaré, que alguns anos depois foi visitada por D. Afonso Henriques e por seu filho D. Sancho.

Mais tarde, D. Fernando, em 1370, mandou melhorar a capela com as estátuas de S. Braz, S. Bartolomeu, D. Rodrigo e Frei Romano e alguns anos depois iniciou a construção do Santuário em templo mais grandioso, para ali instalar a Imagem e poder receber os imensos peregrinos que depois deste feito e de toda a parte afluíam em grande número aquele templo.

Depois de D. Fernando a igreja foi recebendo, através dos séculos, grandes modificações, até que D. Leonor, esposa de D. João II, que aqui vinha com frequência durante as suas visitas a Caldas da Rainha, lhe mandou edificar as primitivas torres (que não são as actuais) e D. Manuel I as arcadas em pedra que ainda hoje existem, e uma escadaria que depois foi substituída pela actual.

Foi pena que não introduzisse nesta igreja alguma coisa do seu magnífico estilo manuelino, tendo havido apenas uma pequena esfera armilar que não há muitos anos ainda existiu por cima do arco principal da igreja.

No entanto, há aqui nas proximidades duas pequenas capelas, uma em Évora de Alcobaça e outra no Arrenal, próximo de Maceira-Liz, cujas portas principais são em estilo manuelino.

Interiormente o Santuário foi recebendo também grandes beneficiações, principalmente durante os reinados de D. Afonso VI e D. João V, sofrendo por volta dos meados do século passado, alguns melhoramentos no altar-mór com a colocação de azulejos portugueses e o cadeiral que ali se encontra que foi pertença do antigo convento de freiras de Cós, concelho de Alcobaça, assim como o órgão existente na Igreja. As grandes cómodas existentes na sacristia, datam de 1756, e os azulejos dos corredores que lhe dão acesso, quer laterais, quer os do teto, são igualmente nacionais e datam do século XVII e XVIII.

Os azulejos do cruzeiro são sem dúvida os mais valiosos.

São de origem Holandesa e foram ali colocados em 1709, existindo ainda arquivada a primitiva factura referente à remessa dos mesmos azulejos, por uma firma holandesa, com o número de caixotes e o nome do barco que os transportou e o respectivo preço. Outro documento dá a indicação do nome de pároco da Igreja que os encomendou e até o nome dos operários, vindos de Lisboa, que os colocaram. Estes azulejos estão assinados por H. Kloet e descrevem vários assuntos bíblicos da vida de David.

Há cerca de 1255 anos, apròximadamente, que a Imagem de N. S.^a da Nazaré aqui chegou, como acabei de contar; 468 anos que esteve ignorada na gruta, sem que ninguém soubesse da sua existência, 195 anos permaneceu exposta na Ermida de D. Fuas Roupinho (hoje capela da Memória) antes da construção do Santuário, donde foi trasladada para esta igreja em 1377, no reinado de D. Fernando.

Por ocasião das invasões francesas o templo sofreu vários danos, tendo os soldados de Junot e depois os de Massena, roubado grande número de pratas e objectos de grande valor existentes no Tesouro da Casa.

A própria Imagem de Nossa Senhora da Nazaré, foi encontrada a um canto da Sacristia, entre destroços vários, tristes manifestações de vandalismo de que foi teatro o nosso templo e santuário. A Imagem foi depois levada para Belas, por um dedicado filho do Sitio, onde foi guardada por alguns anos em casa de conhecidos católicos, só regressando à Nazaré, em grande cortejo, desde Belas até ao Sitio, depois da reentrada dos franceses.

Desde recuados tempos, visitaram Nossa Senhora da Nazaré vários Reis e Príncipes, entre muitas outras pessoas ilustres, distinguindo-se entre elas D. Afonso Henriques e seu filho D. Sancho, D. Fernando, D. João I, pouco depois da batalha de Aljubarrota, D. João II e sua esposa D. Leonor, D. Manuel I e Vasco da Gama, antes de partir para a sua viagem à Índia, D. Sebastião, Conde D. Henrique, Francisco Xavier, D. João V, D. Pedro V, D. Miguel, D. Luís, D. Carlos e a Rainha D. Amélia, D. Luís Filipe e D. Manuel II, etc.

No começo do século XVI era importante o número de pratas e outros objectos de valor, mas durante as invasões francesas foram-nos roubadas a maior parte dessas preciosidades, que hoje se resumem a pouco.

A Confraria de N.^a S.^a da Nazaré é proprietária de quase todas as edificações que circundam a igreja e de todo o terreiro que lhe fica em frente, onde a 8 de Setembro de cada ano se realizam os festejos em honra de Nossa Senhora.

Nas traseiras do Santuário um Teatro (Chaby Pinheiro), também propriedade da Confraria, e lateralmente ao Santuário existiu o Palácio Real, onde se alojava a Família Real quando por vezes aqui vinha de visita a N.^a S.^a da Nazaré, de que apenas hoje resta o edifício, em virtude dos republicanos de 1910 entenderem dever fazer desaparecer os vestígios da realeza, vendendo em leilão todo o seu rico mobiliário, que hoje podia ser motivo de rendimento para a Confraria. Mas existe um magnífico Hospital (Hospital de N.^a S.^a da Nazaré) dotado de material moderno e bem assistido por clínicos competentes, quartos particulares modernos e boas enfermeiras, hospital onde quase diariamente se fazem quase todas as operações cirúrgicas, não só a todos os doentes deste concelho, como também a muitos dos concelhos limítrofes.

Possui a Confraria de N.^a S.^a da Nazaré razoáveis rendimentos, principalmente provenientes de um grande pinhal que noutras eras lhe foi doado pelos Reis da 1.^a dinastia, que vai desde o Sitio até às proximidades de Patais, concelho de Alcobaça, onde todos os anos se fazem cortes a pinheiros de 100 anos, assim como de uma magnífica Praça de Touros, que foi recentemente modernizada e onde se consumiram mais de 600 contos sem qualquer auxílio do Estado, onde se realizam corridas durante os meses de Agosto e Setembro, que se traduzem igualmente em bons rendimentos para esta Confraria.

Aqui afluem, na época própria, a 8 de Setembro de cada ano, muitos forasteiros dos concelhos limítrofes e alguns círios de localidades distantes, de Mafra, por exemplo, havendo um grande arraial com circos de cavalinhos, vários carrocéis e muitas barracas de divertimentos e comidas, bandas de músicas e fogos de artifício, etc.

Julgo assim ter dado neste pequeno resumo, uma ideia da lenda de N.^a S.^a da Nazaré e do seu Santuário, cuja Confraria mantém, para benefício dos habitantes deste concelho, um dos bons Hospitais da província.

Nazaré, 23 de Maio de 1971

Na

LIVRARIA PORTUGAL

... encontra V. Ex.^a livros sobre todos os assuntos escritos nas principais línguas europeias

Damos informações bibliográficas e aceitamos encomendas para todos os países

LIVRARIA PORTUGAL

Rua do Carmo, 70 - 74

Telefones 3 05 82 - 3 05 83 - 32 82 20

Secção de revenda e armazéns Rua da Oliveira ao Carmo, 21-23

LISBOA - 2

AS «OBRAS COMPLETAS»
DE
SANTO ANTÓNIO DE LISBOA

O aparecimento da tradução portuguesa dos *Sermões* do Doutor da Igreja Universal Santo António, devida ao Rev. P.^o Henrique Pinto Rema, e a publicação da obra fundamental para os estudos antonianos *Santo António de Lisboa*, do Prof. Doutor Francisco da Gama Caeiro, Catedrático da Faculdade de Letras de Lisboa, de que o primeiro volume data de 1967, constituem manifestações que muito nobilitam a alta cultura de Portugal.

O notável empreendimento da edição dos *Sermões*, sob a designação de *Obras Completas*, era, havia muito, considerado indispensável, não se compreendendo que, na Pátria do grande vulto do início do franciscanismo, não se tivesse ainda conseguido saldar essa grande dívida de admiração. Assim, é acto de justiça louvar quem se abalçou a trabalho de tal envergadura, e a entidade que promoveu a edição de tão vasta obra, de primorosa execução, em três volumes ilustrados de cerca de 300 páginas cada. Sua editora é a Sociedade de Língua Portuguesa, cujo ilustre Presidente da Direcção, Juiz Desembargador Dr. Francisco José Velozo, em sintético, mas excelentemente redigido, *Prefácio* foca a magnitude da tarefa e traça o justo elogio do sabedor e esforçado tradutor.

Olisipo não podia permanecer silencioso perante este notável acontecimento, por vários motivos: contar Lisboa entre seus filhos insignes o famoso orador, que assombrou os auditórios do seu tempo e cuja fama se prolongou até nossos dias; serem numerosos os actos, promovidos pelo Grupo «Amigos de Lisboa», dedicados ao estudo e exaltação

das acções do grande lisboeta (conferências, exposições notáveis, etc.); ter sido assinalado, várias vezes, pela mesma agremiação cultural, o valor que assumiria, no meio intelectual português e no brasileiro, uma edição como a que veio agora a fazer-se.

É interessante recordar que, de uma das conferências proferidas durante a notável exposição antoniana efectuada na sede em 1961, se desempenhou brilhantemente o erudito tradutor dos *Sermões*, P.^o Pinto Rema, que sobre os esforços empreendidos para a concretização do grande projecto deu importantes esclarecimentos. Mais tarde, em 1968, o distinto ensaísta Sr. J. Pinharanda Gomes, discorrendo no mesmo ambiente acerca da *Situação de Santo António na Filosofia Portuguesa*, terminou a sua notável conferência com estas palavras: «Fazemos votos para que os *Sermões* sejam traduzidos e publicados em edição bilingue, nesta terra que foi sua e que é a de todos os Portugueses — não apenas dos Portugueses fixos no Estado, mas dos Portugueses de todo o mundo — tais e tantos são os que herdaram Portugal: os homens dos novos países».

A esta conferência presidiu o então vice-presidente da Junta Directiva, Eng.^o Júlio Eduardo dos Santos, que já várias vezes aludira ao assunto, e nos elogiosos comentários ao trabalho de Pinharanda Gomes expôs em pormenor o que se verificara quanto ao problema e qual a solução que poderia esperar-se.

Resta-nos dizer que, na extensa e muito bem delineada *Introdução* da sua notável versão, finalmente dada à estampa, escreveu o Rev. P.^o Rema: «Ainda que a tradução portuguesa, em última demão, estivesse pronta desde 1959, após trabalho de tradução e redacção de seis longos anos, vicissitudes várias não permitiram que ela viesse mais cedo a lume [...] A Sociedade de Língua Portuguesa, porém, acreditou no valor da obra antoniana e quis ligar o seu nome a esta edição que vai correr mundo. Espera-se que o Santo português seja mais profundamente conhecido através da Sociedade de Língua Portuguesa e que a própria Sociedade adquira novo prestígio ao abalançar-se a mais esta publicação!». E acrescentou:

«Ao terminar, fazemos votos para que a inteligente palavra do Santo Doutor Evangélico seja sempre mais e mais estudada em Portugal, sua pátria de origem. Os *Sermões* antonianos constituem a

melhor apologia do saber medieval da escola de S. Vicente de Fora e, sobretudo, da Escola de Santa Cruz de Coimbra. Ao menos os que em Portugal se dedicam aos problemas do espírito procurem tirar proveito para si e, quanto possível, transmiti-lo aos outros em linguagem adaptada. Lacordaire ressuscitou em seus sermões pronunciados em Notre Dâme de Paris o árido mas succulento pensamento de S. Tomás de Aquino. Santo António de Lisboa, a enfileirar entre os maiores luminares da Idade Média pensadora, merece outro Lacordaire que aprenda a manejar o poderoso órgão das suas obras escritas.

«O pensamento antoniano ainda mantém, passados mais de sete séculos, muito de aproveitável para o nosso espírito da era espacial, onde a complicação da máquina social veio trazer a desordem às inteligências e ao coração dos homens. A mensagem social do Doutor Evangélico, ontem como hoje, *mutatis mutantis*, fala a linguagem do homem; a sua mensagem cristã insiste na Verdade imutável! Nós, Portugueses, que a Santo António demos a origem, uma pátria, dele recebemos o calor do seu coração e as lições da sua inteligência!»

Enfim, um grande sonho tornado realidade!: comentamos nós, que exaltamos por esta grande homenagem a um dos mais célebres lisboetas.



É o seguinte o sumário dos três volumes desta monumental publicação:

SUMÁRIO DO I VOLUME:

Prefácio, do Dr. Francisco José Velozo;

Carta Apostólica da proclamação de Santo António «Doutor da Igreja Universal»;

Prólogo Geral dos Sermões Dominicais, de Santo António;

Sermões Dominicais desde a Septuagésima à Páscoa e da Páscoa ao Pentecostes.

IDEM, DO II VOLUME:

Sermões Dominicais depois do Pentecostes.

IDEM, DO III VOLUME:

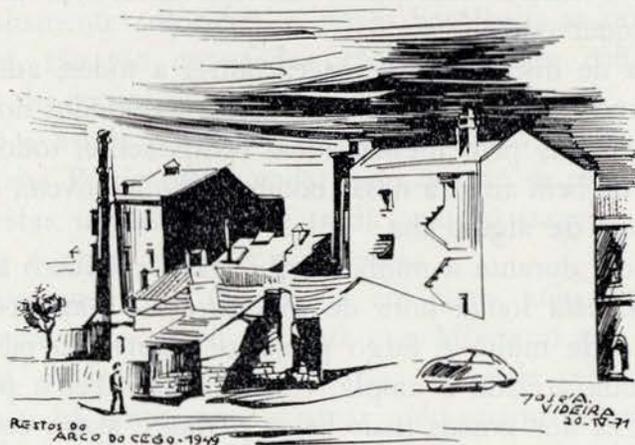
Sermões dos Domingos do Advento ao 4.º depois da Epifania;
Sermões Marianos e Festivos;

Índice Bíblico;

Índice das Fontes;

Índice Analítico.

Recordamos que, anteriormente à conclusão desta tão extensa versão dos Sermões, em 1959, e também posteriormente, o ilustre franciscano, Rev. P.^o Henrique Pinto Rema, ocupou-se com proficiência de temas antonianos, sobretudo em estudos insertos na revista *Itinerarium*, no ano de 1956, sobre *O Labor Literário de Santo António de Lisboa* e *O Valor Literário das suas Obras*, e na sobredita e magistral conferência proferida, em 1961, no salão do Grupo «Amigos de Lisboaê», acerca de *Santo António e a Cultura da Idade Média*, publicada em resumo em *Olisipo* e, posteriormente, na íntegra, na supracitada revista de alta cultura.



M E N S A G E M

por Nariade Galvão

HOJE, é o dia 1. O primeiro dia de um mês e de um ano, tal como os dias *um* de todos e quaisquer anos. Um dia *um* nascido de uma acolhedora e esplendorosa réstia de Sol.

A esta hora, eu devia estar dormindo. E, quando estas linhas saírem do prelo, podem os aurifulgentes raios do Astro-Rei ter-se transformado em muitos biliões de círculos evolutivos e criadores, pode ter acontecido Deus sabe o quê, mas a Hora é sempre a mesma. Uma hora de insónia que estabelece a intercomunicação anímica, tanto hoje dia 1.º de 1971 como em qualquer outro.

Uma hora de insónia onde vos encontrei a todos, admirados e ilustres contertulianos, simplicíssimos e modestos associados do nosso Grupo, todos. Todos unidos pelo mesmo ideal olisiponense, todos amigos pelo mesmo enlevo de bem amar a nossa bonita velhinha-jovem, a sempre nobilíssima Lissibona de algum dia.

Certo é que, durante a minha vigília, falei convosco acerca de tanta coisa! Durante essa longa hora de concentração, convosco vivi, comungando na alma de muito e largo projecto! Convosco passeei ao longo de muita avenida arejada e ampla, convosco saboreei o perfumadíssimo aroma das flores dos nossos mais belos parques, assim como o cheiro a maresia dos nossos cais ribeirinhos.

Convosco me enleveei perante tudo quanto está feito, ao tempo que sonhava com todo o muito que virá um dia a mais enriquecer ainda esta cidade que tanto amamos.

E recordei todos os grandes olisipógrafos, cuja ausência, a saudade veste com o arminho e o incenso da glória. E agradei a Deus ter-me feitô surgir da Planície, da minha pequenina grande-pátria para vir, menina mal acabada de nascer, para aqui, para este jardim de sonho e de ímpar beleza que usa o nome de LISBOA.

No entanto, apesar de aqui não ter nascido, jamais fui sua enteada. Deste modo, grande e dulcíssimo é o prazer de um filho ao sentir-se ter sido gerado por dois ventres maternos.

Consequentemente, daqui, da minha casa arrabaldina, a saudação, a mensagem deste novo ano, impele-me para abençoar essa maternidade bendita. Ela mesma sai dos meus lábios e do meu coração para vós, ao contemplar o círculo desenhado pelas asas das pombas citadinas, ao vê-las ébrias de luz, de cor, de vida, ziguezaguear num constante vaivém sobre os telhados deste casario tão certinho em obediência ao seu plano arquitectural, tão risonho no seu conjunto destinado, ao que parece, a fazer-nos lembrar todo o encanto dos contos das «Mil e Uma Noites».

Disse-vos que devia estar dormindo a esta hora e é bem certo. Mas vejo o Sol nascer, enquanto o *réveillon* nos ocupou, numa encantadora familiaridade, toda a noite em que 1970 se despedia de nós.

Citei o nosso decorrido *réveillon* porque, apesar da universalização do termo, a nossa passagem de ano tem sempre um cunho muito nosso, muito discreto, mas também muito característico. Por isso, quer seja nas margens do Minho, em que Monção se debruça enlevado, quer seja nas costas algarvias, em que Algar se veste de uma vegetação repleta de tons e sons estranhamente coloridos, o nosso bacalhau, as nossas couves, as nossas batatas, são tão apreciadas, tão saboreadas, como o são nesta nossa Olisipo de encantamento.

Ora, isto é assim porque, a partir de Lisboa, na sua qualidade de coração da nossa Pátria bem-amada, tudo quanto se usa nestes *réveillons* familiares, nestas nossas santas e tradicionais passagens de ano, tudo é genuíno, tudo é nosso, tudo é português.

É por isso que, após uma noite em claro, aqui estou. Mal saída do leito, envolve-me o corpo a manta que Monsaraz me ofereceu e que, ao abrigar-me, me recorda esse Alentejo de onde venho, esse Alentejo que me ensinou há tantos anos a amar tudo quanto é belo e nobre.

Assim, como não viria a tanto poder amar a minha cidade-mãe-adoptiva, a nossa querida Lisboa?

Marulha-me o Tejo aos pés e a sua voz me vai recordando naus e mares por onde navegámos. Mas reparai:

Desta minha insónia, apenas um vislumbre de mensagem se destaca. No entanto, para calor nada lhe falta porque todo o afecto lhe basta. O projecto de muito falar convosco ficou adiado. Transformou-se em arrulho nesta hora em que as colombinas asas lisboetas esvoaçam num periférico círculo de bênção sobre as vielas, as praças, as avenidas do meu melancólico centro de arrabalde.

Mas se hoje me quedei suspensa do alto deste meu varandim, vinda de uma pacatíssima boémia familiar após uma noite de passagem de ano, de um autêntico bota-fora (sem ser brasileiro), é porque, em todas as minhas futuras evocações de Olisipo, mais alguma coisa surgirá para além deste poético sussurro de fantasia que até vós chega com um abraço prospectivo da maior felicidade que vos deseja esta lisboeta por adopção mas, sem dúvida alguma e por isso mesmo, uma verdadeira, uma fer-verosa, AMIGA DE LISBOA.

1 de Janeiro de 1971.

DO MEU VARANDIM

Do meu varandim, Lisboa espreita e canta e ri, sonha e ama tal como cantava, ria, sonhava e amava quando, em 1953, saiu ao público no primeiro livro de poesia «TORMENTA» no soneto

LXX

de Nariade Galvão

Lisboa chora e ri, grita e murmura.
Agita o sangue e a vida nas artérias.
É febril, é activa; não tem férias
No dia iluminado ou noite escura...

Vive a cantar com graça e com ternura
Nos becos, nas vielas de misérias.
E entrega-se às orgias castas, sérias,
Banhada pelo sol da formosura.

Sonha a vibrar de luz. E como eu
Nos braços do amor toda se ergueu
Aos pés do seu castelo triunfal.

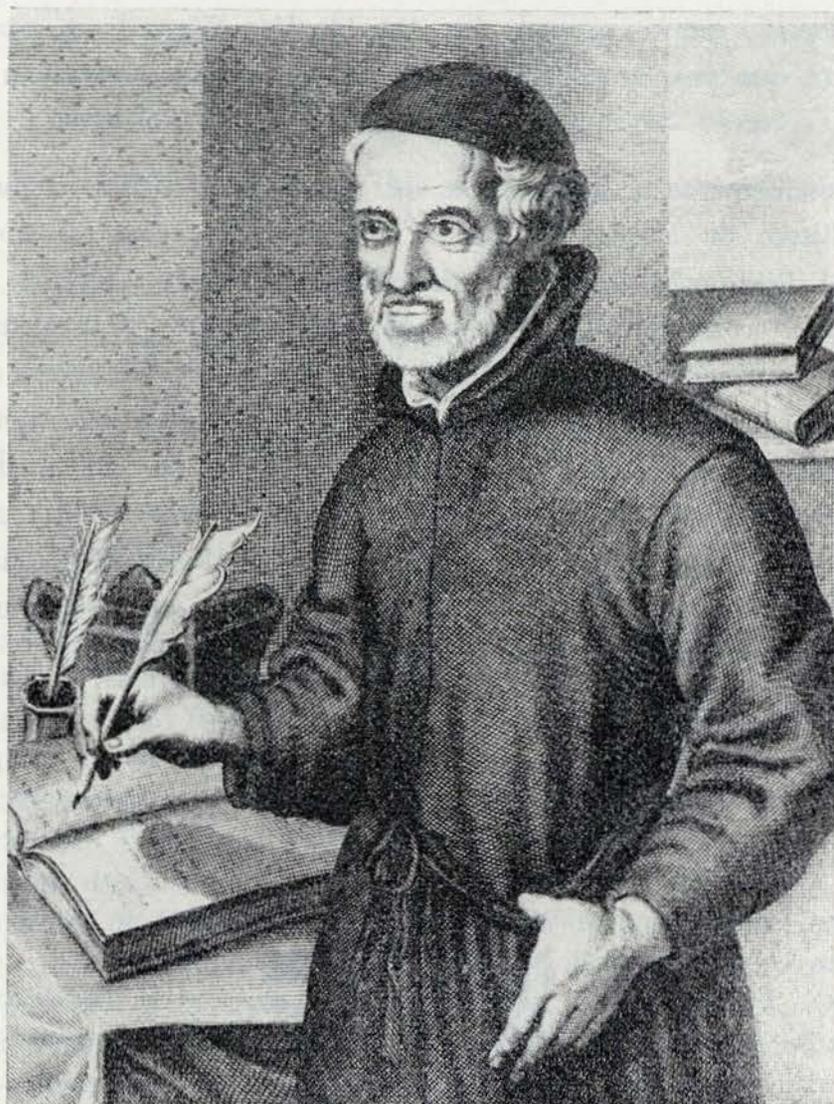
E nas horas caladas, vãs, absortas,
Canta-se e ri-se atrás das suas portas
Por ser LISBOA a voz de PORTUGAL!

O célebre Sermão
de Santo António aos Peixes,
do P.^e António Vieira
publicado em versão francesa

Foi recentemente editada em Paris (ed. Bordas), em tradução de Jean Haupt, uma das mais famosas peças oratórias de António Vieira: o sermão alegórico, pronunciado em S. Luís do Maranhão no ano de 1654.

O tradutor apresenta, na *Introdução*, sintética biografia do autor, citando alguns passos de escritores modernos (Georges Le Gentil, Óscar Lopes e Júlio Martins); embora sejam só quatro páginas, é valioso resumo, demonstrativo da sua imparcialidade e justa visão da vida portuguesa da época de Vieira e da actual. Assim, ao aludir à categoria do Brasil como *província* portuguesa de além-mar, esclarece, em anotação: «Il faut noter que c'est Vieira lui-même qui emploie, au XVII^e siècle, pour désigner les territoires portugais d'outre-mer, le terme *province*, que l'on reproche au Portugal d'avoir *inventé* aujourd' hui pour les besoins de la cause!...»

A versão é bastante cuidada, tendo sido esclarecida por pequenas notas; e a impressão (28×22 cm) luxuosa e artística, dela fazendo parte a reprodução fac-similada do frontispício do 1.^o volume da edição *princeps* (1679) dos *Sermões* do célebre jesuíta português e ainda a do seu



VERA EFFIGIES CELEBERRIMI
P. ANTONII VIEYRA

*Societ. Jesu Lusitanicorum Regum Concionatoris, et Concionatorum Principis,
quem dedit Lusitania mundo Olysipe Lusitania Societati Brasilia Obijt Bahia
Prope nonagenarius Die 28 July Ann. 1697. Quiescit in regio Collegii Bahy
ensis templo, ubi sepultus frequentissimo urbis canonicu, aeternis orbis desiderio ~
Arnoldo Van Westerhout Sculp. Rom. Sup. per.*

Arnoldo Van Westerhout sculp

O mais apreciado retrato do P.^o António Vieira, reproduzido em
«Sermon de Saint Antoine aux Poissons»

tão conhecido retrato, gravado por Arnaldo Van Westerhout, espécie iconográfica que veio a inspirar muitas das outras que constituem a, aliás restrita, colecção concernente a esta grande figura portuguesa.

Presentemente, a história e a vida literária e artística nacionais tem sido objecto de edições da maior relevância, de iniciativa do Centro Cultural Português, de Paris, criado pela Fundação Calouste Gulbenkian, cuja acção constitui motivo de grande júbilo para quantos consideram de excepcional importância a divulgação no estrangeiro do valor dos nossos intelectuais e artistas. Edições como aquela que motiva esta nota, embora de âmbito imensamente mais restrito, não podem deixar de ser assinaladas com franco aplauso. Por isso, *Olisipo* regista a importância deste livro de Jean Haupt (que esteve em Portugal e aqui o redigiu), fazendo-o com júbilo, por nele serem exaltados dois grandes lisboetas: Santo António e António Vieira.

S.



RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA

referente ao ano de 1970

Ex.^{mos} Consócios:

Nos termos do Art.º 33.º dos nossos Estatutos há que apresentar a V. Ex.^{as} o Relatório do acontecido no ano findo.

Durante o ano findo a nossa actividade desenvolveu-se em visitas à paroquial da Pena e aos seus anexos recentemente restaurados, às novas instalações das Oficinas de S. José, aos Inválidos do Comércio e no primeiro trimestre, além da nossa Assembleia Geral ordinária para eleição dos Corpos Gerentes, realizámos em Janeiro uma sessão comemorativa do Centenário do Nascimento do nosso primeiro presidente e sócio de honra, Sr. Eng.º Coronel Augusto Vieira da Silva e em Fevereiro a 65.º sessão dos Colóquios Orlisiponenses. Ouvimos uma conferência sobre o estudo do campaniforme na península de Lisboa, proferida pelo distinto arqueólogo Sr. Dr. Octávio da Veiga Ferreira e realizámos no Restaurante Tavares um almoço comemorativo do 34.º aniversário do Grupo.

No mês de Abril, realizou-se a posse dos novos Corpos Directivos eleitos para o triénio de 1970-72 e visitou a nossa sede o novo Presidente da Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa, o Senhor Eng.º-Agrónomo Fernando Santos e Castro, em retribuição da nossa visita de cumprimentos.

Deslocámo-nos ao Mosteiro de Alcobaça, com visita à cidade das Caldas da Rainha e almoço no Restaurante Ponderosa e à cidade de Tomar a propósito da Festa dos Tabuleiros, com almoço no Hotel dos Templários.

Visitámos o novo edifício Philips, as novas instalações da Biblioteca Nacional e a nova Igreja do Coração de Jesus.

Na nossa sede, realizou uma conferência sobre o velho Teatro do Ginásio o Sr. Dr. Luís de Oliveira Guimarães; esta conferência foi publicada no nosso Boletim OLISIPO. Entre os edifícios visitados anote-se o Museu dos Coches, a recente instalação do Palácio da Justiça, a Fábrica de Cervejas, na Vialonga e a Escola Profissional de Pesca, em Pedrouços.

Em Maio e Julho, realizámos em cada mês a 66.^a e 67.^a sessões dos Colóquios Olisiponenses, e, em 29 de Novembro, um almoço de confraternização, no último piso do Hotel Mundial, à Mouraria.

Durante o ano houve que substituir dois membros da Junta Directiva, o Secretário-Geral Adjunto, Dr. Alberto Gomes, pelo motivo do seu falecimento e o Director Tesoureiro, Sr. Fernando Dias Pereira, afastado temporariamente por motivo de doença, tendo sido chamados à efectividade respectivamente os membros substitutos Srs Dr. Manuel Hermenegildo Lourinho e Inocência Castelhana.

Também por falecimento, a Junta Directiva nomeou em substituição do pintor Jaime Martins Barata, membro da Secção de Estudos de Estética e Urbanização, o antigo director Sr. Eng.º Júlio Eduardo dos Santos.

Durante o ano foi o seguinte o movimento de sócios:

Existiam em 1-1-70	912	
Honorários	2	914
				—	
Faleceram	33	
Demitidos	36	69
				—	—
					845
Admitidos	30	
Readmitidos	1	31
				—	—
Ficam existindo em 31-12-1970		876

Faleceram durante o ano 33 sócios cujo nome damos a seguir:

- 134 — Marquês de Rio Maior
- 151 — Luís Simões Aurélio
- 168 — Álvaro Ferreira da Cunha
- 237 — Joaquim Campas
- 275 — Dr. Alberto Gomes
- 345 — Benevenuto Vito Veloso
- 425 — Jaime Martins Barata
- 448 — Coronel José Júlio A. C. Pereira
- 527 — João Gomes Cardoso
- 612 — Dr. Bernardo Jorge Freire
- 1130 — Mário Lopes do Rego
- 1216 — Eng.º Eduardo Rodrigues de Carvalho
- 1255 — Dr. Bernardo Augusto da Costa Simões
- 1357 — Eng.º Rogério Marques Caldeira Santos
- 1792 — Dr. João Baptista Nunes dos Santos
- 1957 — Jerónimo Tavares da Silva
- 1999 — Dr. Manuel Colares Pereira
- 2103 — Dr. José Antunes Fernandes
- 2006 — A. Serra Campos Ferreira
- 2175 — Raul Ferreira Álvares
- 2383 — José Simões Travassos
- 2478 — José Seixas Fragoso
- 2511 — João Luís Fernandes Júnior
- 2640 — Joaquim Parreira Branco
- 2860 — D. Maria Adelaide C. Rebelo Cabral
- 2903 — José Augusto do Carmo
- 2909 — Brigadeiro Alberto Xavier de França Dória
- 3209 — Ten.-Coronel Dr. Manuel dos Santos Paiva
- 3267 — D. Cecília Frederico Bartolomeu
- 2964 — Francisco Ignácio de Almeida
- 3485 — Joaquim Romão Duarte
- 3532 — João Casimiro Paulos
- 3661 — D. Laura de Aviz Torres Baptista

Todos nos merecem muita saudade porque em via de regra todos colaboraram connosco com muito interesse e solicitude. Um foi nosso solícito colega de profissão e na Direcção, o Dr. Alberto Gomes, a quem o Boletim «Olisipo» n.º 130 já prestou a devida homenagem. Os restantes, todos foram nossos colaboradores, companheiros e amigos; destacar qualquer deles seria menosprezar o respeito que todos os outros nos merecem. Paz às suas almas.

Foi cerca de 250 o número da correspondência expedida durante o ano. Conforme o balancete, verifica-se que é de Esc.: 5.883\$64 o resultado negativo do exercício de 1970.

Na página seguinte, pelo balancete que se publica, apreende-se detalhadamente o movimento financeiro da Casa.

O Grupo, na sua vida de relação, fez-se representar em várias cerimónias, como sejam, inauguração da lápide na casa onde nasceu a lisboeta e nossa consócia Adelina Abranches.

Na sessão inaugural da Sociedade das Ciências Médicas, na conferência da nossa consócia Sr.^a D. Laura Satúrio Pires, sobre o Senhor Marquês de Rio Maior, no Centro de Profilaxia, e em várias outras cerimónias.

Durante o ano foi oferecida ao Grupo, pelo Conselho de Administração da Companhia das Águas de Lisboa, a medalha comemorativa do centenário do nascimento de Carlos Pereira.

A Comissão de Contas que connosco colaborou foi muito solícita em comparecer às nossas sessões.

Aos dirigentes das nossas visitas, à Imprensa e às Emissoras de Rádio e Televisão, são devidos os nossos agradecimentos pela sua colaboração.

O pessoal como de hábito cumpriu.

BALANÇO

CONTAS	ACTIVO	PASSIVO
Consignações da Feira do Livro		128\$00
Fundo Variável		32.679\$68
Subsídios da C. M. L.		60.000\$00
Emblemas	100\$00	
Valores à Cobrança	630\$20	
Consignações de c/ Alheia	74.394\$92	
Caixa	6.969\$10	
«Olisipo»	18.924\$00	
Devedores e Credores	55.178\$00	12.108\$04
Devedores e Credores c/ Consignação	4.428\$50	73.909\$78
Biblioteca	12.849\$62	
Móveis e Utensílios	401\$50	
Edições	3.442\$02	
Consignações de c/ Própria		4.436\$00
Resultado do Exercício	5.883\$64	
	183.261\$50	183.261\$50

Conta dos Resultados do Exercício de 1970

CONTAS	DÉBITO	CRÉDITO
Receitas Diversas		1.424\$60
Emblemas		19\$50
Consignações de c/ Alheia		11.974\$46
Realizações Culturais	5.158\$60	
«Olisipo»	26.337\$30	
Cotas		112.935\$00
Gastos Gerais	101.684\$00	
Edições		57\$70
Jóias		790\$00
Cartões de Identidade		95\$00
Resultado do Exercício		5.883\$64
	133.179\$90	133.179\$90

Propomos pois:

- a) Um voto de sentimento pelos sócios falecidos;
- b) Agradecimento à Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa pela dedicada solicitude com que nos tem acarinhado;
- c) Agradecimento à Imprensa, Rádio e Televisão.

Lisboa, 31 de Dezembro de 1970.

A JUNTA DIRECTIVA

O PRESIDENTE

Doct. Med. Eduardo Augusto da Silva Neves

O VICE-PRESIDENTE

Dr. Alvaro do Amaral Barata

O SECRETÁRIO-GERAL

Dr. José Cassiano Neves

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO

Dr. Manuel Hermenegildo Lourinho

O TESOUREIRO

Inocêncio Castelhana

OS VOGAIS

Coronel Aníbal Afra Nozes

Dr. Paulo Caratão Soromenho

P.^e Francisco dos Santos Costa

Arq.^a D. Anna-Maria Pereira da Gama

PARECER DA COMISSÃO DE CONTAS

relativo ao exercício de 1970

Ex.^{mos} Consócios:

A Comissão de Contas, tendo apreciado as contas e o relatório da Junta Directiva, referente ao ano de 1970, vê com algumas apreensões a situação do Grupo, que não é nada animadora.

Assim:

- 1.º — O número de sócios continua a diminuir. Ao passo que no final de 1969 esse número era de 914, durante o ano de 1970 ficou reduzido a 876.
- 2.º — As realizações culturais, em anos anteriores, davam lucro (exceptuando 1959); no ano de 1970 houve um prejuízo de 5.158\$60.

Finalmente, apesar de a Ex.^{ma} Câmara Municipal ter contribuído, em 1970, com um subsídio de 60.000\$00, os resultados do exercício cifram-se num prejuízo de 5.883\$64, apesar dos esforços da Junta Directiva para equilibrar as contas.

Nestes termos, tendo verificado a exactidão das contas, temos a honra de propor que aproveis o seguinte:

- a) Relatório e Contas do exercício, incluindo os votos, consignados no mesmo relatório;

- b) Um voto de louvor à Junta Directiva, pelo zelo com que geriu os actos administrativos.

Lisboa, 12 de Janeiro de 1971.

A COMISSÃO DE CONTAS

O PRESIDENTE

Coronel Francisco Pereira de Lacerda Machado

O SECRETÁRIO

Hygino Nunes da Silva

O RELATOR

Dr. Francisco Gonçalves do Couto Santos



ACTIVIDADE CULTURAL

Janeiro a Junho de 1971

EM Janeiro realizou-se, em segunda convocação, reunião da Assembleia Geral ordinária, visto ter ficado sem número necessário a primeira convocada para 13. Esta segunda a que nos referimos realizou-se a 30 e nela foram lidos os relatórios da Junta Directiva e Comissão de Contas, que foram aprovados bem como votos de agradecimento à Imprensa, Rádio e Televisão. Neste número se publicam os relatórios da Junta Directiva e Comissão de Contas.

Em Fevereiro realizou-se, a 15, uma exposição de litografias, gravuras, etc., de trajos nacionais da colecção da nossa directora Ex.^{ma} Sr.^a D. Anna-Maria Pereira da Gama. Nesta exposição, largamente frequentada, e reproduzida pela Imprensa e pela Rádio-Televisão, se exibiu grande número de exemplares, alguns raros e altamente curiosos que a expositora se propõe publicar no próximo número de «Olisipo»; o presente inclui uma fotografia da inauguração.

Em 18 realizou-se na sede a projecção de 200 diapositivos, amavelmente cedidos pelo Comissariado Geral Belga de Turismo, sobre A Bélgica Folclórica, Artística e Monumental — suas praias e suas paisagens.

A 25 de Fevereiro, na sede, pelas 22 horas, realizou o Sr. Dr. Leandro Tocantins, Adido Cultural da Embaixada do Brasil a sua anunciada conferência, sob o título «Brasil e Brasileiros». Presidiu

c Sr. Doutor Eduardo Neves secretariado pelo Dr. Cassiano Neves e pelo Sr. Joaquim Paço d'Arcos. O orador aludiu a um tipo étnico especial: o Brasileiro fusão do português e do índio brasileiro depois



Almoço no Hotel da Nazaré: quando falava o Presidente da Junta Directiva, Doutor Eduardo Neves

enriquecido por várias outras etnias europeias. Sequência do império português de 1822, luso tropicalismo, segundo o parecer de Gilberto Freire. A conferência foi largamente concorrida e muito apreciada e aplaudida.

A homenagem ao escritor Joaquim Paço d'Arcos, marcada para 25 de Março foi, a pedido do conferente, transferida para data oportuna.

Nesse mês, no domingo 7, realizou-se uma visita ao Museu de Arte Popular, em Belém, sendo os visitantes recebidos e elucidados pela Conservadora do Museu Dr.^a D. Maria Helena Coimbra, que já nos tinha recebido no Museu das Caldas da Rainha onde então estava.

A 15 realizou, na sede, uma exposição de paisagens e retratos, o nosso sócio Pintor Fausto Beleza, que esteve aberta até ao fim do mês, tendo sido apresentada pelo nosso Presidente e largamente visitada. A Imprensa fez largas referências a esta notável realização.



Parte da assistência ao acto inaugural da exposição organizada pela Directora do Grupo, Senhora Dr.^a D. Anna-Maria Pereira da Gama

A 18, o Sr. Dr. Manuel de Carvalho Moniz, realizou na nossa sede uma notável conferência sobre «Eborenses em Lisboa». Presidiu o nosso Presidente da Junta Directiva, secretariado pelo Dr. Carvalho Dias e pelo representante da Casa do Alentejo. A conferência, publicada no presente número de *Olisipo*, referiu grande cópia de eborenses notáveis, artistas, clássicos, poetas e militares que em Lisboa tiveram vida notória, inclusive o poeta Ribeiro Chiado. O conferente foi muito aplaudido.

Em Maio, o Grupo, a 6, ouviu uma conferência e viu uma exibição de diapositivos a cores, conferência do Sr. Coronel F. Lacerda Machado e exibição da Dr.^a D. Anna-Maria Pereira da Gama, a propósito da nossa ida à Festa do Espírito Santo (Tabuleiros) em Julho de 1970. A conferência foi largamente documentada com quadros, loiças, condecorações e livros ao assunto referentes. O Coronel Lacerda Machado

expôs, também, vindos directamente de Tomar, exemplares dos doces actualmente ainda lá fabricados e enviados pelos seus produtores, que no fim foram distribuídos aos assistentes. Viam-se expostos quadros de D. Maria de Lourdes Melo e Castro e do Professor Henrique Tavares, e obras literárias do Brigadeiro Amorim Rosa, Coronel Garcês Teixeira, Eng.º Santos Simões e Miguel Alveolos. A exposição demorou-se na sede até ao fim do mês.



A Mesa de Honra no almoço de 7 de Junho, no Hotel Tivoli, promovido pelo Rotary Club de Lisboa (para o qual foi convidado o Presidente da Junta Directiva dos «Amigos de Lisboa», Doutor Eduardo Neves, em representação do Grupo), reunião dedicada a Santo António, insigne Lisboaeta, acerca do qual falou o Sr. Dr. João Simões Raposo. A partir da esquerda: o conferente, o Presidente do Rotary nosso consócio Dr. Ruy Pires Branco, o Doutor Eduardo Neves, o nosso consócio Almirante Freitas Ribeiro e o Dr. Fernando Duque Fonseca, Presidente do Grupo «Amigos de Luanda»

A 23 o Grupo deslocou-se à vila da Nazaré, com regresso por S. Martinho do Porto e Alto do Facho. A visita na Nazaré foi dirigida pelo nosso consócio Sr. Dr. Silva Ascenso, que connosco almoçou no Hotel da Nazaré.

Em Junho o Grupo deslocou-se à Estação Fruteira de Castanheira do Ribatejô, tendo ido almoçar à Estalagem da Lezíria, em Vila Franca,

depois de ter sido visitada em Castanheira do Ribatejo a sua Igreja de S. Bartolomeu de vetusta antiguidade.

Após o almoço os visitantes foram até às piscinas onde o Sr. Dr. Leonel Ribeiro fez uma prelecção sobre o local e a primeira localização da vila.

A 20 foram os «Amigos» em visita à Igreja de Santa Cruz do Castelo, de Lisboa, acompanhados pelo reverendo prior Sr. Padre

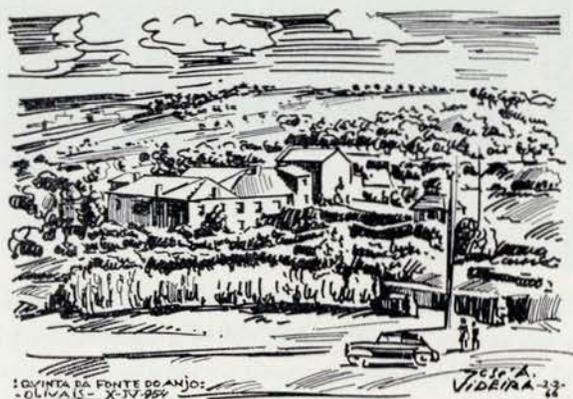


Os «Amigos de Lisboa» na visita à sede da Associação Lisbonense de Proprietários

António Monteiro e pelos Srs. Conde Ribeiro e António Silva da respectiva Irmandade, e pelos membros dos Corpos Gerentes Drs. Eduardo Neves, Leonel Ribeiro e António Moreira Júnior e pelo Sr. Coronel F. Lacerda Machado. Visitaram a Igreja, a freguesia do Castelo e tesouro da Irmandade que inclui curiosas e preciosas pratas e grande parte dos paramentos que serviam na procissão do Corpo de Deus em que se incorporava a imagem de São Jorge que se venera na Igreja. Das peças examinadas algumas são notáveis: um relicário de prata, paramentos, livros, compromissos das Irmandades e registos das assinaturas reais.

Neste interregno recebeu o Grupo um convite para visitar a Associação Lisbonense de Proprietários, o que realizou na primeira quinzena de Maio, tendo o nosso Presidente sido acompanhado pelos Srs. Coronel Lacerda Machado, Presidente da Comissão de Contas, pelos Directores Dr.^a D. Anna-Maria Pereira da Gama, Tesoureiro Sr. Inocêncio Castelhana e ainda pelo Eng.^o Júlio Eduardo dos Santos.

E. N.



OFERTAS

— De D. Maria Palmira Diogo Garcia da Silva, esposa do Ex.^{mo} Sr. Dr. Mário Garcia da Silva:

Duas medalhas comemorativas do Centenário do Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia.

Um bilhete postal, edição do Estado, comemorativo do Centenário de Santo António.

Um bilhete postal, edição do Estado, comemorativo do Centenário do Infante D. Henrique.

Um lenço comemorativo da viagem de Serpa Pinto.

— Do Ex.^{mo} Sr. Dr. Mário Garcia da Silva:

Esc.: 1.000\$00.

— Do Grupo «Amigos de Luanda»:

Uma medalha comemorativa do aniversário da sua fundação, com uma fita amarela e vermelha.

— Do Ex.^{mo} Sr. Eduardo Fraga Rodrigues, por intermédio do director tesoureiro, Ex.^{mo} Sr. Inocêncio Castelhana:

Um álbum, encadernado, com fotografias da Exposição Colonial de Lisboa, em 1940.

— Da Associação Lisbonense de Proprietários:

Uma medalha de bronze e livros editados pela Associação.



62. *Sociedade Propaganda de Portugal*

Em 28 de Fevereiro de 1906 o doutor Sebastião Magalhães Lima, o conselheiro Fernando de Sousa e Mendonça e Costa reconhecendo as vantagens do turismo — numa época em que ainda nada existia nesse sentido em Portugal — fundaram a Sociedade Propaganda de Portugal que adoptou o subtítulo de «Touring Club de Portugal».

Era ousado o empreendimento, uma vez que estava tudo por fazer, exigindo tão pesada tarefa, dedicação e persistência.

Souberam os precursores rodear-se de um escol de colaboradores que tornou possível a organização e divulgação do inventário de todos os monumentos, riquezas artísticas, curiosidades e lugares pitorescos do País. Edita itinerários e cartas-roteiros de Portugal. Organiza e auxilia excursões.

Desperta a atenção de turistas estrangeiros e concorre para o incremento

da circulação de nacionais dentro do território.

Promove reformas e melhoramentos, e, por sua iniciativa, surgem postos indicadores em alguns cruzamentos de estradas. Mantém por dilatado tempo *Boletim* mensal distribuído aos sócios.

Estabelece delegações na província e no estrangeiro. Intensifica a propaganda de Portugal além fronteiras e participa em Congressos Internacionais de Turismo.

A colaboração activa dos seus elementos que percorreram as principais zonas do turismo nacional, instalando-se em hotéis e pensões sem revelarem a sua qualidade de componentes da Sociedade, possibilitou a confecção de uma lista de hotéis e pensões recomendados.

Com tão valioso passado, a Sociedade Propaganda de Portugal, que por decreto de 2 de Março de 1920 foi considerada de utilidade pública, continua a sua acção na sede no largo do Chiado, mantendo prodigiosa actividade em diversas secções em que se sub-dividiu.

Em 1936 ao fundar-se o Grupo «Amigos de Lisboa» instalou-se obsequiosamente na sede da Sociedade.

Eram directores o 1.º Conde de Penha Garcia, como presidente, o Dr. Vieira Guimarães como tesoureiro e o Dr. Eduardo Neves como secretário-geral. Teve grande actividade, por essa época, editando várias publicações turísticas.

63. «Gravura» — Sociedade Cooperativa de Gravadores Portugueses

O pensamento de fazer reviver entre nós a Arte da Gravura, deve-se principalmente ao saudoso Dr. Armando Vieira Santos — médico, historiógrafo e crítico de Arte — logo secundado por pessoas ligadas a tal manifestação artística, o que conduziu à fundação da «Gravura» — Sociedade Cooperativa de Gravadores Portugueses, em meados de Outubro de 1956, sendo ainda em Outubro desse ano distribuída a primeira gravura da Cooperativa, a litografia «O romeiro» de Jorge Barradas.

As exposições dos primeiros trabalhos realizaram-se no Pórtico e depois na Sociedade Nacional de Belas Artes.

64. Asilo de S. João

Na «História da Beneficência Pública em Portugal», Victor Ribeiro dá-nos notícia da criação do Asilo de S. João, em 2 de Julho de 1862 «por iniciativa do notável parlamentar José Estêvão Coelho de Magalhães», estabelecimento destinado a receber vinte crianças órfãs que se encontravam no Asilo dos Cardais de Jesus, que fora extinto.

A primeira sede foi na rua dos Navegantes, passando em 1865 para a rua da Barroca e instalando-se, definitivamente em 1870 na travessa do Loureiro que é a sua sede própria.

Actualmente frequentado por sessenta e cinco crianças órfãs e pobres, o Asilo prossegue a sua meritória obra, ministrando nas suas instalações a instrução primária e o ciclo preparatório pela T.V., educação física, iniciação mu-

sical, costura e bordados, além de participarem as educandas em todas as actividades domésticas, verdadeira escola activa.

Possui uma biblioteca com cerca de 5000 volumes cuja leitura é criteriosamente seleccionada por grupos de alunas.

Concluído o ciclo preparatório, as educandas prosseguem os seus estudos em escolas oficiais, a expensas do Asilo.

No Verão as alunas passam as suas férias na Praia da Parede, onde o Asilo dispõe de uma propriedade construída em terreno que lhe foi oferecido pelo benemérito José Nunes da Mata.

O Asilo de S. João é uma instituição de índole popular que honra a cidade e merece o aplauso de todos quantos se votam a obras de auxílio à infância desprotegida.

Zacarias da Silva

Uma bela obra (de tema olisiponense) de Jorge Colaço inaugurada em Braga, decorridos três decénios sobre o falecimento do artista

Em 30 de Maio do ano em curso, foi solenemente inaugurado no Santuário do Sameiro um valioso painel de azulejos, da autoria do notável artista Jorge Colaço — obra de arte, de longa e muito curiosa história de quarenta anos, merecedora de referência nesta secção de *Olisipo*, devido a ser consagrada a um um dos mais célebres lisboetas, o famoso Santo António admirado em todo o mundo.

Em 29 de Outubro de 1929, foi publicada no diário *Novidades* uma carta,

cujo autor usou de pseudónimo e, mais tarde, foi identificado: o escritor e diplomata Dr. Henrique Trindade Coelho, que pouco antes sobraçara a pasta dos Negócios Estrangeiros. Nela sugeria que fosse oferecido ao Papa Pio XI um painel de azulejos alusivo àquela insigne figura nacional, cujo 7.º centenário da morte ocorreria em 1931.

Tratava-se — dizia aquele jornal — de um alvitre bem português, tanto pela finalidade de enaltecer um dos grandes vultos da nossa História, como pela sugestão de ser escolhido, para o efeito, um espécime de ramo de arte que, entre nós, se desenvolveu em manifestações de grande beleza. Logo, por iniciativa do antigo jornalista e escritor Zuzarte de Mendonça (Pai), foi constituída uma comissão para efectivação do proposto, cujos trabalhos foram entusiasticamente apoiados pelo sobredito diário, por *A Voz* e pelo semanário portuense *A Ordem*.

Seja-nos permitido recordar que Zuzarte de Mendonça distinguiu-se também como orador, tendo discursado pela última vez no final da sessão solene promovida pelos *Amigos de Lisboa* em 15 de Maio de 1965, em homenagem à memória dos grandes olisipógrafos Júlio de Castilho, Vieira da Silva e Matos Sequeira. Tratou-se de um improviso, de quem bem conhecera o autor da *Lisboa Antiga*, feito com invulgar entusiasmo no limiar dos noventa anos...

Circunstâncias variadas não permitiram a conclusão da projectada obra

de arte, a tempo de ser oferecida a Pio XI; mais tarde, a morte de Jorge Colaço, que a deixara concluída, com a valiosa cooperação do seu distinto colaborador sr. Carlos Afonso Soares, originou transitório arrolamento das produções artísticas então existentes no seu estúdio, outro óbice provocador de enervante adiamento de um desfecho por todos desejado.

Tendo finalmente a comissão entrado na posse do belo e grande painel policromado — assunto pelo qual se mostrou muito interessada a família do Artista —, promoveram-se as necessárias diligências para integral cumprimento da ideia inicial deste movimento cultural: a entrega desta produção de Jorge Colaço ao Núncio Apostólico, ao tempo Mons. Maximiliano de Fürstenberg, hoje Cardeal, que deliberou oferecerê-la, em nome do Santo Padre, ao Santuário do Sameiro, feliz atitude baseada possivelmente na circunstância de relevo de ter sido lá erguido o primeiro monumento português a Santo António de Lisboa (obra do falecido escultor Raul Xavier).

Pode agora apreciar-se mais esta grande peça de azulejaria (original de um artista, que, não sendo lisboeta de nascimento, na capital viveu e trabalhou longos anos, dignificando-a sobremaneira), à entrada da Basílica, junto da porta do lado do Nascente. Feliz remate de atribulada existência de alguns decénios...

S.

COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA (DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Capital Social: 294 100 000\$00



Empresa portuguesa para pesquisa
e extracção de diamantes em regime
de associação de interesses com a
PROVÍNCIA DE ANGOLA



SEDE SOCIAL

Rua dos Fanqueiros, n.º 12
LISBOA

DIRECÇÃO-GERAL NA LUNDA
DUNDO — ANGOLA

REPRESENTAÇÃO EM ANGOLA
Rua Avelino Dias, n.º 59
LUANDA

TELEGRAMAS :
DIAMANG



Banco Borges & Irmão

Fundado em 1884

PORTO: RUA SÁ DA BANDEIRA, 20 · LISBOA: LARGO DE S. JULIÃO, 1-7

CÂMBIOS · CHANGE · EXCHANGE · WECHSEL

Associado do

**BANCO DE CRÉDITO
COMERCIAL E INDUSTRIAL**

Angola · Moçambique